



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 21 DE JUNHO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública semipresencial do ano de 2023, convocada para hoje, 21 de junho, tendo como pauta a saúde mental na cidade de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 16 de junho; e as inscrições para participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 15 de junho. Também haverá inscrição para o público presente.

Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para participar desta audiência pública os Srs.: Luiz Carlos Zamarco, da Secretaria Municipal de Saúde; Sandra Sabino, da Coordenadoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde; Alex Navarro, do Conselho Municipal de Saúde; Fernanda Araújo de Almeida, do CAPS AD II Pinheiros; e também o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo; o Sindsep; e a Sra. Isabel Cristina Lopes, psicóloga, sanitarista, idealizadora do Centro de Convivência e Cooperativa da cidade de São Paulo – Cecco –, e coordenadora dos Cidadãos Cantantes.

Declaro que esta audiência pública está em suspensão por alguns minutos para que possamos resolver a questão do público.

Muito obrigada pela presença de todos, todas e todes aqui hoje.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Queria dizer que foi muito importante para nós a transferência [foram para o Salão Nobre], apesar do atraso, porque ninguém tem que ficar para trás. Uma audiência como essa, que é o espaço para debatermos, dialogarmos, mostrarmos, falarmos, é um espaço para falar e ser ouvido. Seria muito ruim dividir as salas. Então, apesar do atraso, fizemos um esforço para estar num espaço somente.

Agradeço a presença de todos e todas que estão presentes à Mesa hoje.

Há algumas pessoas que estão de forma *on-line*.

Faremos assim: inicialmente, as falas da Mesa; depois, quem estiver *on-line* vai poder falar. E eu peço para quem estiver aqui presente e queria ter uma fala que já comece a se inscrever com o nosso amigo Inácio.

Pessoal, vamos ter tempo para ver a questão das inscrições.

Vou iniciar a minha fala.

Queria, primeiro, contar um pouco sobre como começa a história desta audiência pública, sobre como ela foi construída a muitas mãos, cabeças e corações.

Eu sou psicóloga de formação, sou Vereadora da cidade de São Paulo, circulo bastante em CAPS da cidade, em Ceccos, em unidades básicas de saúde, como parte de um trabalho coletivo para entender que muito da existência plena na cidade se faz a partir do acesso à saúde – saúde antimanicomial, saúde emancipadora, saúde que promova autonomia e que promova o protagonismo de todo os atores da saúde, tanto dos profissionais quanto das pessoas atendidas. E estamos vivendo uma situação de muita precariedade, de muito prejuízo, em especial, para os equipamentos de saúde mental.

Eu estive recentemente no CAPS AD Pinheiros – por isso que a Fernanda está nesta Mesa – porque aconteceu a situação de falta de um profissional psiquiatra. E, a partir da falta desse profissional psiquiatra, em vez de se procurar suprir essa falta, o Poder Público insinuou como possibilidade a terceirização da gestão – como se essa fosse a solução para a falta de profissional.

A partir daí, pensamos em fazer uma audiência sobre o CAPS Pinheiros. Daí, fomos

conversar com o CAPS Perdizes, que tinha passado por uma situação muito parecida, que já conhecia antes. E falamos: “Não, então vamos fazer uma audiência sobre os dois CAPS”. E daí começamos a conversar com mais gente e vimos que não era somente uma questão do CAPS Pinheiros e nem somente do CAPS Perdizes, a questão da precariedade, na negligência aos equipamentos da saúde mental na cidade, tanto de gestão direta quanto os que estão sob gestão indireta, por parte de OSs, é geral – CAPS, Cecco, CRT, que são os programas que não são vistos mais como prioritários, como estratégicos por parte desse Poder Público. É por isso que chamamos a Secretaria Municipal de Saúde, para que ouça; e para que consigamos tirar encaminhamentos de luta.

A saúde é mental, a luta antimanicomial sempre sobreviveu no nosso país, no nosso estado, a partir de muita luta; nunca foi uma coisa dada por nenhum governo. Pelo contrário: a luta do povo da saúde mental sempre foi quem conseguiu providenciar políticas públicas para os governos. Sempre foi um caminho contrário, sempre foi um caminho de fazer de forma, muitas vezes, autônoma, uma série de iniciativas, fortalecimento de serviços e que depois disso as políticas públicas incorporavam. Então é muito importante, na minha opinião, conseguirmos retomar fóruns unificados de luta.

Eu estou muito feliz de ter muitos serviços aqui. E já vou parar de falar, para iniciarmos as falas. E como eu falei para vocês, vamos começar com o pessoal da Mesa.

Queria começar passando a palavra para a nossa querida Fernanda, do CAPS AD Pinheiros; e, depois, vamos seguir a sequência na Mesa.

Muito obrigada pela participação de todo mundo aqui. (Palmas)

A SRA. FERNANDA ARAÚJO DE ALMEIDA – Olá. Bom dia a todos e a todas.

Eu organizei uma fala. E vou ler, porque, se eu for no espontâneo, o risco de eu perder o tempo é grande.

Bom dia a todos, a todas e a todes.

Quero cumprimentar as autoridades, presentes e *on-line*. Quero agradecer a “Comissão de Saúde Mental”, que nos concedeu essa oportunidade. Quero agradecer aos meus

colegas – à Cris, ao Alex, à Flávia, que são companheiros e companheiras de luta. Mas quero também agradecer e cumprimentar, especialmente, a Luana, que é uma jovem Vereadora de São Paulo, uma mulher negra, psicóloga e companheira de primeira ordem da luta antimanicomial. (Palmas)

Estamos reunidos e reunidas nesta manhã de terça-feira – já é quase tarde, mas foi por um bom motivo – para discutir a saúde mental na cidade de São Paulo.

Peço licença se porventura eu desapontar alguns de vocês, pois hoje não falarei sobre números, não trarei dados quantitativos, não buscarei mostrar as estatísticas, muito embora seja quase impossível esquecer que estamos na cidade com o maior índice de depressão e ansiedade do país, e que a prevalência de *stress* pós-traumático de covid seja elevadíssima, segundo as pesquisas que têm sido realizadas pela USP.

Também não consigo esquecer que o último censo de população em situação de rua marcou um contingente de 52 mil pessoas nesta condição, e que, destas, 70% se autodeclararam negras ou pardas. E ainda chegamos ao ponto de termos de contabilizar as crianças em situação de rua e os adolescentes: o último censo – portanto, dados oficiais – registra 3.759 crianças e adolescentes vivendo nas ruas.

Portanto, se eu não estou aqui para falar desses números, sobre o que estou aqui para falar?

Venho ocupar este espaço para contar e, quem sabe, sensibilizar alguns de vocês sobre a importância dos serviços públicos estatais no acolhimento das pessoas que sofrem agravos mentais na nossa cidade.

Certamente, vocês conhecem alguém que já teve um diagnóstico de depressão ou ansiedade. Você, mesmo, que está nesta sala, já pode ter recebido esse diagnóstico ou, diante de um momento difícil da sua vida, você já pensou estar emocionalmente doente. Você também já deve ter escutado alguém banalizar o sofrimento emocional de uma pessoa: “Vai lavar um tanque de roupa suja, que essa tristeza logo passa”. E os remédios de tarja preta? Certamente, deles você já ouviu falar. Outra coisa que parece comum é o fato de associarem determinados

comportamentos supostamente inadequados à loucura. Recentemente, os transtornos e as síndromes passaram a fazer parte do nosso vocabulário: bipolar, *borderline*, obsessivo-compulsivo, histeria, anorexia, bulimia, pânico e, mais recentemente, o *burnout*. Existe, ainda, aquela ideia usual de que, quando uma pessoa não está falando coisa com coisa ou está fazendo uso abusivo de alguma substância psicoativa, ela tem de ser internada ou, preferencialmente, afastada da cidade. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto em saúde mental.

Mas, afinal, o que significa ter saúde mental? De maneira simples, podemos dizer que ter saúde mental é conseguir lidar com as múltiplas demandas, as internas e as externas, que mobilizam os nossos afetos, as nossas emoções, os nossos sentimentos. Em outras palavras, ter saúde mental envolve muito mais que a ausência de doenças mentais, pois requer um conjunto de fatores materiais – ou seja, as condições de vida, o emprego, o transporte, as condições para viver melhor nesta cidade –, mas também os imateriais, as subjetividades que o sujeito constrói ao longo de sua vida, na sua história e nas suas relações com as pessoas e com a sociedade.

Assim, ainda que um sujeito sofra ou adoça singularmente, a saúde mental tem sempre uma dimensão coletiva e, portanto, política. A dinâmica urbana da nossa cidade é extremamente adoecedora e nós, trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental, sabemos disso. Acolhemos e sustentamos o sofrimento que inunda os serviços de saúde nesta cidade, seja nas UBSs, seja nos CAPSs. O nosso país foi e tem sido vanguarda de um movimento importantíssimo desde os anos 1980. Refiro-me à luta antimanicomial, que impulsionou e inspirou a reforma psiquiátrica em 2001. Ocorre que hoje temos uma rede que, embora esteja estruturada a partir deste modelo, vem sendo corroída e destruída por dentro. O mecanismo perverso de destruição ganha ares inofensivos quando aparecem disfarçados sob os termos “eficiência”, “eficácia” e “gestão pública da política”. Ocorre que são esses mesmos pilares que justificam a massificação das terceirizações e que entregam quase toda a rede de atenção primária e secundária para as Organizações Sociais. Esse modelo administrativo é, acima de tudo, político, porque ele vai parametrizar o cuidado.

E qual é o resultado disso? O retorno do modelo ambulatorial, pois os atendimentos passam a ser contabilizados por procedimentos estanques, burocráticos: as tão conhecidas consultas, que são absolutamente incompatíveis e incoerentes com as necessidades éticas do cuidado em saúde. Essas consultas, esses atendimentos, são absolutamente diferentes daquele modelo que ensejamos nos anos 1980.

Pergunto aos gestores: a planilha de vocês tem uma aba especial que mensura o tempo necessário para acolher a dor e o sofrimento do luto na pandemia? A planilha de vocês tem uma aba especial que contabiliza o tempo necessário para o manejo de uma crise de maneira singular e acolhedora? A planilha de vocês tem uma aba que contabiliza o tempo necessário para o manejo de uma crise que atenua os impactos no sujeito e na equipe? A planilha de vocês tem uma aba especial que calcula o tempo real para as necessidades de acolhimento das múltiplas demandas produzidas pela violência de estado, seja de forma direta, seja indireta? A sua planilha tem uma aba especial que computa a dor e o cansaço pelo descaso que nós, trabalhadores da saúde, especialmente dos serviços da direta, alojamos em nossos corpos, pelas aviltantes condições de trabalho?

Sim, porque o CAPS no qual eu trabalho passou mais de um ano sem médico psiquiatra e nós sustentamos uma clínica de maneira altruísta, ética, pautada no acolhimento e na produção do sentido para usuários. Há usuários aqui e vocês podem perguntar diretamente a eles como foi durante esse ano.

De certo, a planilha de vocês não tem essas informações. Sabem por quê? Porque a saúde mental que nós defendemos não cabe em métricas administrativas e assépticas. A saúde mental que defendemos e reivindicamos exige humanidade no acolhimento, diversidade na oferta do cuidado, despojamento na escuta dos atendimentos. Requer perenidade e vínculo, que só podem ser produzidos na segurança e na autonomia, na liberdade do serviço público de caráter estatal. Portanto, pedimos a ampla abertura dos concursos públicos em todas as áreas da saúde.

Por fim, denuncio que o que está em jogo na política de saúde mental é o retorno do

sentido manicomial. A lógica asilar está impregnada no controle dos governantes, dos gestores e, lamentavelmente, de parte de alguns trabalhadores. Os ultrapassados modelos manicomiais e ambulatoriais estão a serviço de produzir diagnósticos, prescrever remédio, neutralizar as subjetividades e as diversidades – e, pior: higienizar e trancafiar os corpos que serão considerados indesejados e inadequados em modelos de comunidades terapêuticas que também não estão correspondentes ao que defendemos na perspectiva da reforma psiquiátrica. A maquinaria produtora de diagnósticos não tem nada a ver com os princípios da liberdade. Um diagnóstico não define uma pessoa. Os sujeitos são mais complexos, dinâmicos e diversos que as caracterizações moralizantes impregnadas nos códigos que classificam os transtornos, as síndromes e as doenças. O sofrimento das pessoas é legítimo, mas parece que tem sido mais fácil produzir doenças e diagnósticos para explicar as mazelas da sociedade do que transformar suas relações profundamente adoecedoras. Transformemos as relações sociais e o cotidiano das cidades. Vamos nos aquilombar e, só assim, teremos uma sociedade mentalmente mais saudável.

Por isso, eu concluo, exigindo o cumprimento das deliberações que foram aprovadas, tanto na Conferência Municipal de Saúde Mental quanto na Conferência Estadual de Saúde Mental, da qual eu fui delegada, por serviços públicos estatais, pela abertura ampla de concursos públicos, em defesa dos princípios da reforma psiquiátrica, por cuidado e liberdade, contra todas as formas asilares e manicomiais, pela valorização da rede de atenção psicossocial e do cuidado em caráter territorial, contra as terceirizações, por uma política de redução de danos, pela ética no cuidado e em defesa do SUS e da democracia. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom. Muito obrigada, Sra. Fernanda. Muito obrigada, mesmo. Vou passar a palavra para a próxima pessoa presente à Mesa. Passo para o nosso representante do Conselho Municipal de Saúde, o Sr. Alex Navarro. Tem a palavra.

O SR. ALEX NAVARRO – Deixe-me só ver algo com a Ana, porque há um áudio e ela disse que estava tudo *ok*. Não sei se ela está por aí. (Pausa) Eu vou só fazer uma introdução, antes de você dar o *play*.

Acho que todo mundo tem acompanhado o novo Plano de Metas da Prefeitura. Eu costumo dizer que estamos na terceira fase da terceirização. Começamos com o Serra em 1998. Depois, há a ampliação dos governos subsequentes e, agora, temos a precarização do trabalho e a massificação das metas, nessa lógica que vem se impondo cada vez mais.

E como vocês sabem também, com essa terceirização ampliada, os trabalhadores ficam muito inseguros, principalmente da Atenção Básica, de vir aqui a esta Mesa e se expor. Então eles gravaram vários áudios denunciando como está sendo o dia a dia, hoje, para vocês sentirem também como está na região de vocês, e eu vou abrir mão da minha fala para ouvirmos os áudios deles, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Já está no ponto para ouvirmos, vou só muito rapidamente, Alex, dizer o quanto que é muito triste que tenhamos de chegar a essa situação. Eu queria reforçar o que está acontecendo aqui. O que está acontecendo é que são trabalhadores que gostariam de estar nesta audiência, mas estão com medo de falar publicamente porque, em grande parte, não são servidores públicos com garantia de permanência e correm o risco de demissão, pois são CLT por OSs.

Felizmente conseguimos, junto ao Alex, essa possibilidade de fala, mas queria deixar registrado o quanto é brutal chegarmos nessa situação, de termos de reproduzir, aqui, áudios, porque os servidores têm medo de vir aqui e colocar seus rostos e fazer relatos reais do que vem acontecendo no serviço. Pode iniciar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Pode sim, Flávia.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO - Alex, a gente entende, mas só garantir, porque a gente está numa fase muito assediada. Então a garantia de que esses áudios, esses trabalhadores, se identificados, não sofram nenhum tipo de penalidade. Certo? A garantia de que os áudios apresentados nesta Casa também sejam uma forma de garantia de que esses

trabalhadores não sofram nenhum tipo de sanção e nenhum tipo de penalidade. Quero deixar isso claro. (Palmas)

O SR. ALEX NAVARRO – Perfeito.

- Problemas técnicos.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Problemas técnicos, gente, um minuto.

(Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Vereador Nomura, me escuta?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Escuto. Estou acompanhando atentamente.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Ótimo. Obrigada pela sua presença. Anuncio a presença do Vereador Aurélio Nomura, de forma *on-line* nesta audiência.

Não há imagens, Vereador, porque são áudios, entendeu?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Estou vendo, estou assistindo a imagem também.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Ótimo. Aqui, talvez, tenhamos dificuldade para que, quem está *on-line*, consiga escutar, talvez tenha essa dificuldade.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Estou escutando também, perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Perfeito. Vamos tentar colocar os áudios.

(Pausa)

- Exibição de áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Está com microfonia, deve haver microfones abertos. Pessoal do Teams? Peço para todos que estiverem *on-line*, na audiência, que fechem seus microfones, se não vai dar eco, vai dar microfonia. Peço que todo mundo feche os microfones para conseguirmos ouvir, sem ecos. (Pausa)

Informo ao pessoal que está via Teams que não vai conseguir escutar, neste momento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Pessoal do Teams, me ouvem? Sim? (Pausa). Teremos dificuldades para que vocês escutem agora os áudios. Temos o registro de cada pessoa que está presente no Teams, inclusive alguns Vereadores. Nós vamos encontrar um momento para que esses áudios sejam reproduzidos para todos os Vereadores da Comissão, de forma que as identidades sejam preservadas, está bom? Eu assumo aqui esse compromisso com todos os Vereadores que estão de forma *on-line*, na Comissão de Saúde. Vamos disponibilizar, bem como ficará disponível, como bem me lembrou o Gustavo, no Youtube também, e isso é importante.

E reforçando o que a Flávia disse: não vamos admitir nenhum tipo - nenhum tipo - de retaliação aos servidores que estão trazendo os seus relatos. Vamos ficar com bastante atenção nisso e é importante que todos os presentes, tanto fisicamente, quanto de forma *on-line*, nesta audiência, saibam disso, inclusive os membros que, porventura, de organizações sociais, que estejam participando de forma *on-line*, que vamos acompanhar, de forma bastante fina, para garantir que não tenha nenhum tipo de retaliação.

- Reprodução de áudios de depoimentos. Oradores não identificados.

(NÃO IDENTIFICADO) – A cobrança de números de atendimentos é surreal. Fui chamado a atenção, porque não sabia se iria cumprir a minha meta nesse mês e corria o risco de não poder tirar folga, por conta disso. A qualidade do atendimento está muito prejudicada, porque preciso pensar em bater minha meta. Sou assistente social e faço articulação da rede e muito relatório. Com isso, está difícil, pois justamente não entra na produção. Desconsidera a existência de feriados ou férias na contabilização dos atendimentos, o que causa estresse e

pressão da gerência para o atingimento das metas. Além disso, a portaria também desconsidera a existência de momentos de discussão de casos, que tem dificultado com que a equipe multi e consiga ter qualidade nas reuniões, pois esse tempo não tem sido suficiente. Já houve situações em que fomos tirados de reuniões de discussões de casos para realização de grupos, buscando bater a meta.

(NÃO IDENTIFICADO) – O estabelecimento rígido de metas mensais a cumprir gera tensão e desconforto para mim, impacta na agenda dos meus colegas ao solicitar a eles cobertura de plantões meus, para sair da unidade, para cumprimento de tais metas. Descaracteriza o serviço as solicitações de cumprimento de metas quantitativas e sem sentido e a não assistência de forma qualitativa.

(NÃO IDENTIFICADA) – Baixíssima qualidade do serviço prestado aos usuários. Quando você escolhe fazer a VD para alguém que você tem certeza de que está em casa, para dar *check* na meta e não para aquele caso que está mais grave. Dificuldade no cumprimento das metas e apagamento da potencialidade da equipe, quando se faz matriciamento só pela meta, mas não se oferece as condições necessárias para realização. UBS mesmo, não é meta matriciamento. Como é que faz para casar os números?

(NÃO IDENTIFICADO) – Sou editor de danos, e estamos sendo forçados e condicionados a trabalhar nessa lógica. Já teve até massa de corte de funcionários, caso não batêssemos a meta da unidade, descaracterizando os serviços prestados e distorcendo os atendimentos na rua. Somos em três editores de danos para dar conta de uma unidade que tem 50 funcionários e tendo uma gerência proibicionista, que não vê sentido no nosso trabalho.

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu não sou contrária que OSs tenham metas, mas eu acho um abuso que as metas sejam impraticáveis. Recentemente, eu trabalhei por dois anos numa UBS, que não tinha espaço mínimo para desenvolver atividade de grupo e nem sempre tínhamos computador disponível para evoluir e registrar a produção dos grupos e atendimentos. Não tem sala suficiente para realizar os atendimentos individuais previstos na meta. Os colegas de trabalho ficaram mais ansiosos em atingir a meta e já vivemos sob pressão. Infelizmente, o nosso

desgaste como profissional de saúde acabará como *case* de sucesso de uma OS que não tem uma gestão participativa com seus trabalhadores.

(NÃO IDENTIFICADO) – A prioridade passou a ser um número a ser alcançado no fim do mês, e não o cuidado longitudinal com o usuário. A demanda passou a ser definida pela meta, e não a meta sendo definida pela demanda.

(NÃO IDENTIFICADA) – Bom, começa que as sessões estão cronometradas em 30 minutos. Trabalho numa UBS e a maioria das demandas envolve situação de vulnerabilidade social. Por isso é muito difícil colher as reais demandas, realizar orientações, pensar em estratégias para o cuidado; fora que os retornos são, em média, a cada 20 dias. Estamos tendo de fazer grupos nos quais não temos domínio, inventando demanda, tendo de convencer paciente que não tem perfil só para poder se encaixar nos grupos que temos para oferecer. Muitos profissionais fingem que fazem para lançar na produção. E preciso ressaltar que não tem recursos em sala para atender os grupos. Gastamos muito dinheiro comprando coisas do nosso próprio bolso, coisas básicas como papel. Isso é de uma sobrecarga mental e financeira enorme.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sinto que não tenho autonomia profissional nenhuma, uma vez que não posso realizar a conduta que eu julgo necessária, pois não cabe na meta x ou y. Meus colegas estão amedrontados e eu estou amedrontado. Dá vontade de chorar. As pessoas estão deixando de ser assistidas de uma forma digna e nem é por culpa dos profissionais. Está um caos. Eu estou entre a *Burnout* e a demissão.

(NÃO IDENTIFICADA) – A portaria das metas não combina com o SUS, é número acima de gente. Os profissionais que ficam no serviço acabam adoecendo, porque eles têm que cumprir meta de duas, três pessoas. Tem uma rotatividade imensa dos profissionais, porque cada OS paga um valor por categoria. Dependendo da OS, tem diferença até de dois mil reais no salário. Aí como é que fica? Galera fica pingando mesmo de serviço em serviço. A gente fica adoecida por conta dessa matemática, mal paga e com 150 reais por mês para passar no mercado, porque esse é valor do nosso vale-alimentação.

(NÃO IDENTIFICADO) – As metas de visitas domiciliares não condizem com a

necessidade dos usuários e do território. Fazer agenda baseada em metas e não em qualidade tem sido bem ruim. Visitas têm sido realizadas sem real necessidade, apenas para computar número, em detrimento de outras atividades que ocorrem no CAPS e quem têm sido desvalorizadas e desconsideradas. Considerando que a saúde mental e as situações de crise são processos dinâmicos, é muito difícil ter metas como essas, rígidas, sem limiar de mudança a cada mês. A saúde mental dos trabalhadores também não tem ido bem, considerando que o nosso serviço atende a uma população quatro vezes maior do que a prevista. Deviam pensar menos em meta e mais na abertura de novos serviços que atendam à demanda.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Quero agradecer a fala e a cessão de fala do Conselheiro Municipal de Saúde, Alex Navarro.

O que a gente escutou aqui foram relatos de alguns trabalhadores que estão enfrentando um nível de desgaste profundo. A política de metas está sendo feita de forma desastrada e de forma a aprofundar um caráter manicomial e sem nenhuma possibilidade de assistência real à população que está em alguma forma de sofrimento psíquico. A gente vai seguir utilizando a Comissão de Saúde para denúncias, ainda que de forma anônima por causa das experiências de perseguição e de assédio por parte das organizações sociais de saúde. Quero agradecer ao Alex, e seguiremos. É importante que vocês saibam que o nosso mandato recebe com muita frequência esses profissionais que não têm como procurar a gestão, pela possibilidade real de qualquer tipo de retaliação. Mas vamos ficar de olho para que isso não aconteça nessa ocasião.

Aproveito para dar a palavra à Flávia, representante do Sindsep. Está contigo.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO – Tudo bem, pessoal? Eu sou Flávia, sou da direção do Sindsep, também estou no Conselho Municipal como Coordenadora Adjunta, com o Navarro. Sou servidora da Administração direta e tenho 28 anos de serviço público.

Eu estava olhando para vocês e me lembrando que nenhuma mudança profunda aconteceu dentro do serviço público que não envolvesse a união de usuários e trabalhadores. Hoje, aqui, a gente tem isso muito bem representado. As mudanças que a gente vai conseguir

na assistência psicossocial, na saúde mental, vão passar por essa construção e por essa união de trabalhadores, tanto da Administração direta quanto terceirizados, e os usuários, a população.

Tem uma parte do SUS que hoje está invisível. A gente não pode esquecer que o controle social do SUS é formado por 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de gestores. Hoje há uma inversão desse modelo de controle social. O que a gente tem hoje é a imposição, goela abaixo de todos nós trabalhadores e usuários, da vontade do pequeno segmento gestor. Hoje é essa a prática da política que tem na ponta. Aquilo que o gestor está entendendo como a política ideal para o município de São Paulo está sendo imposto a nós todos, maioria, goela abaixo. É o que a gente tem aqui, é o retrato que os trabalhadores fizeram.

Não tem discussão se essa é a melhor política, não tem discussão sobre condições de trabalho, não tem discussão sobre as variáveis para você implementar a política, não tem absolutamente nada. O que tem é o silenciamento de um segmento importante, que é o dos trabalhadores, que é o segmento que executa. A gestão pode até pensar o modelo, mas quem vai executar somos nós. O problema é que hoje a gestão não está pensando o modelo, quem está pensando é a OS. E a OS é lucro, para a OS, o usuário é um número que, no final do mês, significa a quantidade de lucro que ela pode ter.

Meta é a principal diretriz do SUS desde quando? Meta é a principal diretriz do empresariado da saúde. Meta é importante e é a diretriz principal do sistema para quem ganha e lucra com as nossas vidas, com a vida do trabalhador, porque existe uma explosão dentro dos CRSTs de trabalhadores terceirizados adoecidos mentalmente, que não aguentam mais, porque têm muito menos alternativas do que eu, que sou servidora. Eu que sou servidora tenho estabilidade, me levanto e denuncio os processos assediosos e problemáticos do sistema.

Aqui tinha que estar lotado de trabalhador de OS dizendo para todos nós como é que eles executam a política pública na ponta. Sabem por que a gente não está vendo nenhum trabalhador aqui com autonomia para discutir? Porque ele será demitido no dia seguinte, porque o vínculo dele não é com o SUS, o SUS que a gente tanto defende. O vínculo dele é com a SPDM e a SPDM está pouco se lixando para o SUS, a SPDM quer lucrar. Então é isso que a

gente precisa discutir e mudar.

Os trabalhadores terceirizados vivem uma condição extremamente precária e são silenciados. A gente tem diretrizes dentro do SUS e essas diretrizes dizem: equidade, transparência e a possibilidade de debater como a gente vai implementar as políticas. Quando você retira um segmento inteiro dessa discussão, o SUS acaba. A gente não está discutindo o SUS e não está discutindo o primordial: o que é melhor para o usuário.

O usuário não tem que orbitar a meta, é a meta que tem que orbitar o usuário. Se o usuário precisa de 40 minutos de atendimento, ele tem que ter, porque essa é a necessidade dele, não 15 minutos, sete minutos, como está sendo imposto. Outra coisa: você entra na Secretaria Municipal de Saúde... Eu fiquei abismada, porque quem faz o levantamento quantitativo, não tem, não guarda e não conversa com quem faz o levantamento qualitativo. Eles não se encontram. Então, você tem números e papel frio, o número de meta, mas e a qualidade do gasto? Não tem uma discussão. Você não consegue juntar essas duas pontas. Outra coisa, a Secretaria não consegue fiscalizar os contratos. Os contratos que eles estão olhando hoje são de quase dois anos atrás. Eles não conseguem em tempo real fazer a fiscalização.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO – Está tentando, cobrou. Está cobrando isso da Secretaria, mas a realidade é que tem gente lucrando em cima dos nossos corpos com essa decisão administrativa de entregar toda a atenção básica para o parceiro, para o privado, sem discussão e sem fiscalização.

Imaginem, hoje, as OSs ainda competem entre elas, ainda existe uma competição. Imaginem quando tudo estiver na mão da terceirizada, tudo. Exatamente. Vai estar todo mundo silenciado, uma minoria hoje que é a gestão vai silenciar os usuários e os trabalhadores. E aquilo que a gente vê nos CAPS, nos Ceccos que ainda estão na administração direta, não é um acidente. Você deixar uma unidade precarizar ao extremo para você justificar a entrega, é um

crime.

A gente tem concurso aberto, chamem do concurso para completar o quadro de RH dos CAPS, dos Ceccos da administração direta, onde você não precisa terceirizar, você só precisa complementar o RH, mas a postura... (Palmas) E aí quando eu falo isso, não é numa competição: quem está na direta quem está terceirizado. Você tem um equipamento instituído de trabalhadores com experiência, com tempo, reconhecido pela população que é atendida. Veja, eles estão impondo para nós, a população se organiza e diz: “Esse equipamento é bom, os trabalhadores a gente reconhece. Só precisa complementar o RH, só precisa fazer uma reforma, só precisa investir tanto de dinheiro” e sabe o que eles fazem? São surdos, não escutam, porque eles vão deixar ficar tão ruim, os trabalhadores ficarem tão exaustos, a ponto de o trabalhador falar assim: entrega, não tem mais o que eu faça aí.

Quando entrega, o dinheiro aparece, aparece 500 mil, 600 mil, para você investir, entendeu. Então, essa é uma política sendo imposta para a gente, de cima, sem respeitar o controle social, sem respeitar a decisão de trabalhadores, sem respeitar o território e sem respeitar a coisa que é mais importante: a voz do usuário que diz para todo mundo se é bom, se não é, o que precisa mudar e qual é a política de saúde que é necessária.

Então, a luta antimanicomial é extremamente importante, vocês todos estarem aqui é extremamente importante e temos que inverter esse jogo. O que tem de valer é a voz da maioria e o usuário, ele é o protagonista do SUS, não é a Secretaria, não é o Secretário. O protagonismo do SUS é dos usuários e temos de defender isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Flávia. Antes de passar para a próxima pessoa, queria anunciar e agradecer a presença da Fernanda Magano, do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Regional de Psicologia, que está aqui presente. Queria anunciar também a presença do Sindicato dos Psicólogos e também da Codeputada Karina Correia, do Movimento Pretas, que é um mandato, movimento estadual que está aqui presente apoiando a nossa luta e daqui a pouco também vai fazer uso da palavra; e do Presidente da Associação dos Loucos, Jorge Louko. Obrigada.

Passo a palavra agora para Cristina Lopes, do Cecco.

A SRA. ISABEL CRISTINA LOPES – Já não é mais bom dia, é boa tarde. É um prazer enorme estar aqui acompanhada de fortes falas nesta Mesa. Parabéns, Luana, pela iniciativa tão importante. Devo começar dizendo que o que está em jogo na nossa cidade, infelizmente não só aqui, é um projeto de sociedade, é um projeto de sociedade que está colocado e que não é qualquer projeto. É um projeto de silenciamento de quem tem o que questionar, é um projeto de mercado, em que vale mais quem produz mais e que pense menos e o sentir não tem lugar.

Esse projeto não dialoga com a perspectiva de alegria e a alegria é a força maior que temos para mudar condições de vida, não é medicamento, acreditem, estou contando um segredo para vocês. A alegria se constrói tendo chance de um bem viver, de bons encontros, de perspectiva de observar que aquilo que faz a gente declinar, aquilo que faz a gente pensar duas vezes, será que eu me levanto? Será que eu enfrento mais essa dificuldade? Isso é a nossa potência, que vai ficando pequenininha e que não nos dá chance de pensar, de sentir e de agir diferente.

Eu aprendi isso com gente que já viveu há muitos séculos. A gente aprendeu isso com os povos originários; a gente aprendeu isso na luta dos Quilombolas; a gente aprendeu isso com a Hannah Arendt, que foi vítima do holocausto; a gente aprendeu isso com Espinosa, um grande pensador que também foi colocado para fora daquilo que podia ser a convivência humana; para dizer... A Nise, que foi muito esperta em descobrir que a alegria faz a transformação e revoluciona, e não seria diferente com as políticas públicas.

Só que não é todo mundo que é suficientemente sensível para observar isso. Eu devo dizer que tem uma mulher entre nós que é espetacular e viu isso porque ela enxerga além do tempo dela, que é a Luiza Erundina. (Palmas) Eu tive o prazer enorme de poder trabalhar com essa mulher. Ela, há 33 anos, falou para um bando de jovens, em que eu me incluía: “Inventem, alegrem, construam possibilidades outras de cuidar do outro que não sejam o lugar comum. O antimanicomial tem de ser maior”. A gente estava voltando de Bauru, em 1987, e a

gente já dizia por uma sociedade sem manicômios, onde o manicômio é muito mais do que um hospital psiquiátrico, onde um manicômio era a FEBEM, onde o manicômio eram as creches, onde o manicômio eram os presídios. O manicômio é muito mais do que isso, o manicômio pode estar dentro da gente.

A Secretaria Municipal de Saúde ainda não descobriu isso, que o manicômio é muito mais do que pensar atendimento e medicamento, só que nem isso a Secretaria está conseguindo fazer. Então, precisa reaprender urgentemente, porque a rede que se construiu há mais de 30 anos incluía um serviço chamado centro de convivência e cooperativa, um serviço que muita gente enxerga que é café com leite. Agora eu digo: alguém sobrevive sem café com leite? Não, não sobrevive. A gente acorda e quer o nosso café com leite e a gente se junta para um cafezinho. Ou seja: essa é a dica do quanto são importantes certos lugares e certas existências. O centro de convivência e cooperativa há mais de 30 anos é intersetorial. Como assim, hoje é a grande bandeira? Já era há mais de 30 anos. Não se faz saúde sozinha. Faz-se saúde com cultura, com esporte, com meio ambiente, com trabalho.

E os centros de convivência e cooperativa foram para os espaços mais abertos da cidade, para os parques municipais prioritariamente, para não ter necessidade de carteirinha, de passaporte para entrar nos lugares. Isso é pouco? Isso é muito. Isso é muito porque muda a identidade de cada, aquilo em que ela pode ser respeitada. Ela não pode ser respeitada só porque tem um diagnóstico; ela tem que ser respeitada na sua essência, na sua raça, na sua etnia, na sua condição social, na sua idade, no seu gênero. E, para isso, há que se ter espaços onde se possa trocar com o outro muito diferente dele e poder entender por que é que estou me sentindo adoecido. O que isso tem a ver com as questões que me marcam, que me diferenciam do outro. O que tem a ver a minha pele preta e eu sofrer mais dificuldades do o outro que não a tem. O que tem a ver eu ser de um gênero trans e isso me trazer mais portas fechadas do que abertas. Isso, de maneira que a gente não patologize corpos, que a gente não medicalize diversidade. Esse é o grande desafio dos centros de convivência e cooperativa.

Os centros não nasceram só para quem tem sofrimento psíquico, eles nasceram para

toda a população, para provocar bons encontros, para construir liberdade e alegria entre as pessoas, para recuperar perspectivas de trabalho solidário. Porque, muitas vezes, o sofrimento se dá pela forma com que trabalhamos ou somos vítimas de assédio moral, como vem ocorrendo hoje em nossa cidade com a maior parte dos trabalhadores que estão sob gestão das OSs. Os 24 centros de convivência e cooperativa existentes na cidade de São Paulo - 19 dos quais nasceram no governo de Luiza Erundina; portanto, houve pouca ampliação – são um serviço que ainda não recebeu as OSs, mas pode receber. Ele está forte, resistindo. Junto dos centros de convivência e cooperativa, os pontos de cultura que estão hoje ligados aos Ceccos resistem, dando condições de emancipação e autonomia para muita gente que não se sentia forte para dizer: “Chega, isso eu não quero, isso não serve”.

Então, esta é a perspectiva que a gente tem que perseguir: irmos para a rua, todos os profissionais, de maneira a não aceitarmos essa asfixia a que estão submetidos alguns serviços que têm essa potência transformadora. Existem Ceccos que não têm computador. Existe Cecco que não recebe lanche; recebeu, acho que por esses dias, antes de a gente vir aqui, o que é uma vergonha. Existem hoje 20% de profissionais adaptados que estão nos Ceccos. Então, aqueles que adoecem nas unidades básicas de saúde, nos CAPS que receberam OS, eles vão para os Ceccos quando ninguém os quer. E para a nossa surpresa, muitos desses adaptados, dos quais é dito “não servem”, chegam ao Cecco e deslumbram. Como assim, não serve? Como assim, não sabe fazer nada? Como assim, é um indesejado?

Essa é a mesma lógica que se observa em relação a quem sofre mentalmente: “não serve”, “fique em casa, você não pode produzir nada”. Vão ao ponto de cultura do Butantã, vão ver o que se produz de alegria e emancipação. Não é qualquer trampo que lá se produz. Lá se produz agricultura sem agrotóxico, por exemplo. Isso é pouco?

Portanto, se a gente olhar hoje para os Ceccos, 4 Ceccos, se os profissionais se aposentarem, e estão para se aposentar, sabem quantos haverá na equipe, Luana? Nenhum. São 4 Ceccos, sendo que 3 ficarão sem profissionais universitários em breve. Seis Ceccos estão sem pintura há mais de 7 anos e mais da metade sem reforma há 4 anos. Seis sem reforma há

6 anos. Esses são dados para a gente se perguntar: “Como é que pode?”. São unidades de saúde, e durante a pandemia um dos centros de convivência, o Cecco Trote, ficou 2 anos sem telefone. Durante a pandemia. Ou seja, que palhaçada é essa que estamos vivendo nesta cidade? Durante a pandemia teve um centro de convivência que recebeu um frequentador que é usuário da Craco, que é frequentador da Craco; ele não tinha onde dormir, ele não tinha o que comer. O Cecco abriu as portas para esse sujeito para que ele pudesse entrar quando estava proibida a entrada, para que ele comesse, para que ele pudesse se sentir acolhido. Ele e mais quatro. Não vou dizer o nome para não dizer aquilo que foi feito oficiosamente, mas foi o que salvou esse sujeito. E atualmente, já há algum tempo, depois de aprender muito ali no Cecco, ele está com uma barraca vendendo bijuteria de qualidade na Paulista. (Palmas) Ele não é mais morador da Craco e esse ano agora ele vai prestar faculdade. Gente, isso é pouco? (Palmas)

O Centro de Convivência Bacuri recebe crianças que fazem malabares ali na Avenida Sumaré. Eu fico até emocionada, isso é uma das coisas que mais me emociona. São crianças de pele negra, são crianças pobres, são crianças que não têm casa para voltar muitas vezes e que saem, no final dos seus malabares – que trocam por moedas - na frente daqueles carros chiques, entram no Cecco para fazer xixi e tomar água. Só que esse Cecco construiu um espaço de chuveiro para que eles possam tomar banho. Esse Cecco brinca com essas crianças na quadra que eles têm, porque nessa hora as bolinhas que não podem quicar no chão da Avenida Sumaré podem quicar no chão da quadra para eles acertarem a cesta. Lá eles recuperam a infância e uma possibilidade de voltar para casa, de voltar para a escola, de reconversar com seus pais, porque eles estão em uma outra condição de cidadania.

É disso que a gente está falando, e não é pouco. Isso é não patologizar corpos. Isso é não medicalizar a vida. Essa é a vocação dos centros de convivência e cooperativa, e ninguém está dando a menor pelota. Ou a gente se manifesta ou esta cidade vai morrer de tristeza e ser medicalizada para depressão. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Cris. Muito obrigada mesmo. Pessoal, eu vou passar. A gente tem uma pessoa do Centro de Convivência É de Lei, que é uma

instituição que trabalha com redução de danos, que estará de forma *on-line*. Vamos passar um vídeo e logo depois eu passo a palavra para representantes da Secretaria Municipal de Saúde, que eu gostaria muito que também pudessem fazer desta audiência e fazer falas. Após isso, a gente vai ter as inscrições.

O vídeo do Michel, do É de Lei, está aí? (Pausa) Está bom.

- Manifestação por vídeo.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES – Olá.

Eu sou o Michel, integrante do Centro de Convivência É de Lei e membro da Associação Brasileira de Redução de Danos. Estou hoje nesta audiência pública sobre saúde mental no município de São Paulo a convite da Vereadora Luana. E trazemos hoje um pouco do que temos percebido no cuidado em saúde mental na cidade de São Paulo, nos territórios em que nós participamos.

Estávamos fazendo uma pesquisa. O município de São Paulo conta com 102 CAPS, que são Centros de Atenção Psicossocial, equipamentos componentes da RAPS. Desses CAPS todos, 35 são álcool e drogas. Dentre todos esses 102 CAPS, muitos deles ainda são do tipo II, ou seja, não tem acolhimento noturno. Nós precisamos olhar para esses serviços, pensar na ampliação, na implementação de CAPS III. Por exemplo, tem território que tem quatro CAPS Álcool e Drogas – na zona Norte, numa região com mais de dois e milhões e meio de habitantes –, e, na região central, temos cinco CAPS Álcool e Drogas, com 430 mil habitantes.

Sem desconsiderar...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, eu peço que desliguem o microfone.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES – [...] investimento nos serviços tipificados

da RAPS. Então, nas unidades de acolhimento, por exemplo, tem feito um investimento e a criação de serviços que não existem e não têm financiamento público, que são os serviços de cuidados prolongados – SCPs. Isso quer dizer o quê? Que nós criamos um serviço gigantesco que tem o mesmo objetivo que as unidades de acolhimento, que é acolher pessoas em situação de vulnerabilidade, em uso de substâncias e que tenham o objetivo de ficar em abstinência, mas que nós não consideramos o projeto terapêutico e não consideramos uma rede possível de implantação. É um serviço caríssimo que poderia, hoje...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, eu peço que desliguem o microfone.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES – [...] utilizando os projetos terapêuticos similares para que as pessoas, caso queiram ficar abstinentes, caso queiram diminuir o uso de drogas, na unidade de acolhimento isso é possível, com certeza.

Um outro apontamento que nós temos percebido é a dificuldade de o governo discutir e aceitar as propostas da sociedade civil. Então, por exemplo, nos conselhos municipais de saúde e até no Conselho Municipal de Álcool e outras Drogas [Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Tabaco, Álcool e Outras Drogas], que têm o objetivo de acompanhar, apresentar propostas e pensar estudos para a Política Municipal de Álcool e outras Drogas, nós temos uma dificuldade de participação nessas reuniões.

- Fala no ambiente virtual.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES – [...] a ampliação de um outro dispositivo do governo, que é o núcleo técnico do programa Redenção, para fazer atribuições que são...

- Fala no ambiente virtual.

O SR. MICHEL DE CASTRO MARQUES – [...] trazemos aqui esses questionamentos e esses apontamentos para contribuir com a audiência pública, para que pensemos uma política municipal de saúde mental, de álcool e outras drogas, pautada na ciência, pautada na redução de danos. E que tenhamos uma política municipal exemplo. E o Centro de Convivência se coloca a dificuldades para fazer essas discussões e para ampliar esse debate.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, tivemos algumas questões para escutar, mas eu acho que deu para entender bem o recado do É de Lei.

Agradeço a possibilidade do recado do Michel.

Gente, é o seguinte: eu vou passar, neste momento, para a Secretaria Municipal de Saúde. E, antes de passar, gostaria de pedir para que os representantes da SMS sigam até o final da nossa audiência, porque nós vamos fazer um retorno para a Mesa. Vamos terminar a Mesa, as falas do público inscrito, e, depois, vamos fazer considerações finais na Mesa, ainda que de forma rápida. Fiquem até o final.

Passo a palavra à Sra. Ana Cecilia Andrade de Moraes Weintraub.

A SRA. ANA CECILIA ANDRADE DE MORAES WEINTRAUB – Prezada Vereadora, prezados Vereadores presentes, membros da Comissão, todos os membros da Mesa, todo mundo presente a esta audiência.

Eu sou a Ana Cecilia Moraes Weintraub, faço parte da área técnica de saúde mental dentro da Coordenadoria de Atenção Básica na Secretaria Municipal de Saúde; tenho conhecimento de alguns de vocês, com os quais costumamos encontrar nos vários espaços da gestão onde discutimos a Rede de Atenção Psicossocial e as políticas de saúde mental do Município. Aqui, junto comigo, está a Dra. Adriana Brazão e também a Lígia Brunetto, que é representante da Coordenadoria de Atenção Básica. Então, estamos as três aqui.

Pode deixar que eu e a Dra. Adriana vamos ficar até o final, para escutar vocês,

escutar todas as perguntas, as falas, os questionamentos, as críticas e também os elogios e sugestões que esperamos receber dessa ilustre audiência.

Eu queria começar dizendo, em nome da Secretaria, que para nós é uma honrar poder participar. E também agradecemos que o tema da saúde mental seja tratado pela Câmara, por esta comissão, nesta audiência, porque, obviamente, para nós, é um tema extremamente importante e relevante. E, inclusive, como foi dito por alguns de vocês, algumas pessoas que falaram antes de nós, é um tema que inclusive não compete apenas à saúde, é um tema intersetorial, que resvala em quase todas as outras políticas públicas. E a Câmara, de fato, é um espaço privilegiadíssimo para discutirmos, falarmos dos problemas e pensarmos propostas para o nosso Município.

Talvez uma coisa que nós pensamos aqui em poder dizer para essa audiência era contar um pouco para vocês como é que está a nossa rede do ponto de vista da demanda, do ponto de vista dos serviços. Muitos conhecem o Plano de Metas, e as propostas de expansão do atendimento em saúde mental no Município de São Paulo. Acho que talvez possamos falar um pouco disso também. E aí, na medida do que vocês tiverem como questões, como comentários, [responder] naquilo que nos cabe, a partir da demanda de vocês.

É importante dizer que a Secretaria Municipal de Saúde partilha dos princípios que nos parecem muito bem descritos, principalmente na Portaria 3088, de 2011, que cria a Rede de Atenção Psicossocial.

Acho que foi dito, se não me engano pela Fernanda e também pela Vereadora Luana, que muitas outras normativas foram criadas no nosso país desde 2011. E, de fato, vivemos hoje num Sistema Único de Saúde, seja municipal, estadual ou até mesmo do ponto de vista federal, em que essas normativas acabam se combinando.

Mas é importante dizer a todos e a todas que, para a Secretaria Municipal de Saúde, a Portaria 3088 é o fundamento daquilo que nós procuramos estabelecer e desenhar como Rede de Atenção Psicossocial.

Temos em São Paulo a maior RAPS do país – também somos o maior município do

país –, com serviço presente em todas as esferas de atenção dessa rede prevista na portaria. Então, desde a atenção básica até a atenção de urgência e emergência, existem equipes e serviços específicos da saúde mental e também diretrizes e normativas para que aqueles serviços de clínica possam também levar em consideração o sofrimento psíquico na hora do seu atendimento. Aí eu estou falando sobretudo dos atendimentos de urgência e emergência; e também das portas das UBSs, das portas de atenção básica, que também precisam atender a demanda de saúde, seja pelos profissionais das equipes especializadas, seja pelos profissionais generalistas.

Nos últimos anos, desde 2018, a Secretaria vem aumentando consideravelmente a sua Rede de Atenção Psicossocial. É importante nos lembrarmos disso.

Além do que está no Plano de Metas, em relação à implantação de novos serviços, e aquilo que nós chamamos de reclassificação, que é a passagem dos CAPSs de tipo II para os CAPSs de tipo III. Temos isso bem descrito no Plano de Metas dessa gestão. Desde 2018, a gestão municipal aumentou 18 serviços e reclassificou tantos outros para III.

Então, eu acho que nós temos, sim, como importante norteador o Centro de Atenção Psicossocial, como um lugar privilegiado para o cuidado em situação de crise, para o cuidado em atenção àquela pessoa em sofrimento intenso, seja para infância e juventude, seja para álcool e drogas, seja CAPS para adulto. Hoje, por exemplo, temos 102 CAPSs na cidade – 35 para álcool e drogas, 34 para adultos e 33 infantojuvenis. Acho que já foi dito antes que também temos os Ceccos, as unidades de acolhimento, as portas de urgência e emergência, as UPAs, que são essas portas, e os prontos-socorros, os pontos de economia solidária. Também foi falado isso e acho que conseguimos ouvir só uma parte. Então, eu peço desculpas.

Ouvimos um pedaço da fala do colega do É de Lei, mas nós os encontramos bastante no Conselho Municipal de Álcool e Outras Drogas. Acredito que temos, aí, já, alguns outros canais para poder conversar com esse coletivo, com essa organização, mas ele mencionou o programa Redenção. Acho que é importante dizer a todos os presentes que é um programa que não é exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde. Muito pelo contrário, ele é um programa da

Secretaria de Governo, que congrega outras Secretarias, sobretudo, a assistência social e a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego. De toda forma, existem alguns serviços e dispositivos de cuidado dentro do programa Redenção que são de competência e gestão da Secretaria Municipal da Saúde. São serviços pensados para que possamos aumentar a oferta de cuidados, de atendimento, de possibilidades, para esse problema tão grave que vivemos na nossa cidade, o abuso de substâncias, que gera uma série de prejuízos e agravos à saúde dos nossos munícipes, sejam crianças, sejam adultos. Então, nós também temos serviços específicos que foram criados no nível municipal, dentro do programa Redenção.

Depois, vou passar a palavra para as minhas colegas, se elas quiserem complementar ou, também, se apresentar a vocês, mas, para finalizar a minha fala, eu acho que, de fato, quero reforçar a importância que vemos neste espaço de discussão, como audiência pública. Nós estamos ouvindo, tomando nota do que vocês estão dizendo. Quero reforçar que, para nós, realmente, o cuidado em saúde mental precisa ser pensado de maneira articulada, seja dentro do próprio Sistema Único de Saúde, seja com outras políticas públicas. Acho que isso é uma diretriz, também, que temos seguido. São várias parcerias e conversas com a Secretaria de Assistência Social, com a Secretaria Municipal de Educação, até mesmo com a Secretaria de Estado, seja da saúde, seja da educação.

Acho que, infelizmente, todos nós temos acompanhado situações muito dramáticas e terríveis, em relação, por exemplo, a acontecimentos gravíssimos em escolas. Então, é outra preocupação, também, para nós.

De novo, reforçamos isso e parabenizamos a iniciativa de se criar este espaço na Câmara dos Vereadores da cidade de São Paulo, porque a saúde mental precisa ser um tema que vá para além do próprio escopo da Secretaria Municipal da Saúde.

Então, não sei, Lígia. A Adriana vai falar rapidamente com vocês, também. Agradeço e estou à disposição.

A SRA. ADRIANA BRAZÃO PILEGGI DE OLIVEIRA – Pessoal, boa tarde. Também quero agradecer o convite do pessoal da Câmara dos Vereadores, bem como a fala dos

trabalhadores, das pessoas que, enfim, se apresentaram, nesse primeiro momento.

Com a Ana Cecília, faço parte da área técnica de saúde mental da Secretaria. Acho que é isso. Como a Ana Cecília trouxe, nós temos, enfim, caminhado em uma preocupação da ampliação, da reclassificação dos serviços, do intuito de tornar os territórios da cidade providos de serviços que possam participar da rede de atenção psicossocial e estar presentes no cuidado dessas pessoas. Temos trabalhado, como área técnica, para poder fazer essas interlocuções.

Acho que o que ela traz é bastante importante, dessa necessidade. A saúde mental não se constrói apenas com a saúde. Precisamos muito das outras políticas públicas e achamos que, de fato, este é um espaço bastante interessante para poder ajudar a potencializar essa articulação dos nossos serviços de saúde e das nossas políticas públicas, como as demais da cidade.

Acho que era isso. Agradeço e também vou ficar por aqui, para poder compor com a reunião ao longo desta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ok. Agradeço a participação. Eu vou chamar as pessoas que já estão inscritas. Só para dizer para todo mundo, fico feliz que a Secretaria vai poder ficar até o final. Nós temos 27 pessoas inscritas, o que significa bastante gente. Vamos ter de ser bastante restritos no tempo.

Eu vou chamar, rapidamente, também, para fazer o uso da palavra, como parte das aliadas que temos em outras esferas legislativas, a Codeputada Karina Correia. Se puder fazer uma saudação breve para nós e falar como podemos nos articular na ALESP, eu agradeço.
(Palmas)

A SRA. KARINA CORREIA – Boa tarde. É muito bom estar aqui. Eu me chamo Karina. Sou Codeputada Estadual pelo Movimento Pretas. Sou estudante de psicologia e confesso que é muito chocante, sempre, participar de atividades como esta, que são necessárias, mas que também causam impacto muito doloroso dentro da minha alma, para ser bem sincera.

Eu quero fazer uma fala muito breve. O nosso mandato está totalmente à disposição

para essa luta, para que todas as vidas de fato sejam dignas do bem viver, como já foi dito por esta Mesa.

São muitas falas e eu quero só passar um dado muito importante para vocês, porque nós temos iniciado um processo e uma construção dentro do sistema de encarceramento do estado de São Paulo, que tem tudo a ver com a luta antimanicomial e com esse sistema higienista e classista, da forma como ele se mostra. Nós temos, hoje, um dado. É claro que não está notificado oficialmente. Nas intervenções feitas pela PM e pela GCM, diariamente, chegam a circular 70 pessoas nos CDPs, inclusive no CDP de Pinheiros. Essas pessoas geralmente estão localizadas na região da cracolândia. Essas pessoas majoritariamente estão em sofrimento psíquico e são majoritariamente homens pretos e mulheres pretas. Essas pessoas são encaminhadas ao CDP, em uma abordagem higienista. Elas têm seus pertences descartados. Elas ficam lá durante cinco ou seis dias da semana e, em grande parte, são medicadas e negligenciadas.

Então, nós temos um desafio gigantesco e o Tarcísio está dentro dessa lógica, que casa muito com o que nós temos no município de São Paulo. Nós temos um desafio por dignidade e, literalmente, por salvar essas vidas da morte, porque nós temos um estado que tem uma estrutura de morte, para matar preto, pobre, periférico e pessoas em sofrimento psíquico.

Nós estamos à disposição. Muito obrigada por essa troca. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Muito obrigada, Sra. Karina, nossa Codeputada das Pretas na ALESP. Vamos seguir nessa parceria e nessa articulação.

Pessoal, há mais uma pessoa à Mesa. Foi agora que eu atentei a isso. Quero perguntar se o Sr. Fábio Henrique Salles, que representa o CMDCA, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, está presente. (Pausa) De forma *on-line*? (Pausa) Não. Ok. Se tiver, peço que se manifeste pelo *chat*, por favor.

Agora vamos começar nossas falas, que é o principal momento da audiência, é o momento de ouvir e ser ouvido; já está muito rico esse espaço; já é uma grande manifestação, afirmação da luta antimanicomial, e nós não vamos retroceder.

Queria pedir para que cada pessoa inscrita fale em dois minutos, assim todos conseguirão ser escutados em tempo hábil, antes de finalizarmos a audiência.

Vou chamar, representando os Cidadãos Cantantes, o Júlio, para que inicie o nosso bloco de falas, junto com os cidadãos cantantes, aliás muito bem iniciado.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Isso, e logo após já vai ser você, Jorge Louko e, depois, o Antonio Fernandes Silva Lima, que é usuário.

A SRA. ISABEL CRISTINA LOPES – Vou me juntar aos Cidadãos Cantantes, que é fruto dos Centros de Convivência. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom.

O SR. JÚLIO CEZAR GIUDICE MALUF – Obrigado, Luana. Obrigado à Mesa. Teremos de ficar aqui, queridas ilustres pessoas da Mesa, vamos cantar daqui.

Flávia, se quiser vir para cá. Usaremos nossos três minutos com uma canção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JÚLIO CEZAR GIUDICE MALUF – Dizem sempre que somos loucos. E somos! Uma loucura importante de ser dividida, de ser vivida, e a arte traz isso: nessa loucura de hoje, vamos cantar uma música de Antonio Nóbrega e do Wilson Freire. Uma música que foi muito cantada durante a pandemia por nós e por muitas pessoas. Muito obrigado. (Pausa)

- Apresentação musical.

O SR. JÚLIO CEZAR GIUDICE MALUF – Muito obrigado, Cidadãos Cantantes, acreditando que a arte é transformadora. E importante: estamos todos juntos, saúde, arte,

cultura, tudo é uma coisa só, é o ser humano, é a atenção ao humano acima de tudo.

Pelo SUS, contra a privatização, por uma cidade mais justa! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cidadãos Cantantes. Muito obrigada mesmo, bacana. Começamos muito bem o nosso bloco de falas.

Vou passar para o Louko Jorge, que vai falar e, depois, vou chamar a Denise Laizo dos Santos, do Ponto de Economia Solidária do Butantã, que tem de uma atenção importante para passar para nós.

O SR. JORGE MAURÍCIO GOUVEIA (JORGE LOUKO) - Antes de começar, queria fazer um pequeno protesto junto à Luana, aliás, que faço em todos os eventos, fiz no último que teve aqui sobre o SUS em São Paulo, que é em relação à questão do tempo. É o seguinte: alguns psiquiatras, alguns psicólogos costumam tentar me enquadrar numa caixinha, eles dizem que sou bipolar. Então se sou bipolar, tenho direito duas vezes a tempo, é bi, são quatro minutos. Agora, eles não têm coragem de assinar o laudo, porque ameacei processá-los e provar que eles são doentes mentais. Outros ainda dizem que sou esquizofrênico. *Esquizo*, em grego, é cindido, quer dizer, no mínimo, mas duas partes. Então, tenho direito a quatro vezes, ou seja, oito minutos. (Risos)

De qualquer forma, sou louco, mas não sou idiota, vou tentar resumir. Meu nome é Jorge Louko ou Louko Jorge, a ordem dos fatores não altera o produto. Sou Presidente da Associação dos Loucos, ex-Loucos, Amigos dos Loucos da Via Láctea, seccional do Sciará, abrindo filial em Brasília, e surfando na audiência de vocês aqui.

Vim para São Paulo há duas semanas para participar da Feira do Livro, no Pacaembu, pensando que era uma feira de livros - cultura. Só que não. Era livro - mercadoria. Eu vim lançar um projeto chamado Academia Brasileira dos Loucos por Livro. É que sou morador de rua e articulo o movimento Loucos por Praças, Parques, Ruas e Cultura. Desde que cheguei, estou dormindo na rua. Dormi na praça Charles Müller e, agora, estou variando, durmo no aeroporto, durmo nas rodoviárias, anteontem dormi nos jardins da Assembleia Legislativa. Isso porque o Suplicy não me convidou para dormir na mansão dele. Inclusive, esse povo é muito

interessante: tem um discurso muito bonito, mas não abrigam ninguém.

Vamos lá. Eu teria tanta coisa para falar para vocês, para a Fernanda, por exemplo, queria dizer que a luta foi árdua. Entrevistei o Senador Jefferson Peres, do PDT, último Relator do substitutivo da Lei Paulo Delgado, no Senado. Surtei com o velhinho, e ele morreu três meses depois por causa disso. Eu esculhambei com ele.

No final da minha fala, depois que eu descarreguei, ele falou: “Jorge, você tem razão”. Daí interrompi ele: “Não, Senador, eu não tenho razão, eu sou presidente da associação dos loucos. Eventualmente eu posso estar certo. Eu jamais quero ter razão. (Risos).

Ele me disse textualmente: a Lei Paulo Delgado foi feita para não funcionar, gente. É um segredinho que essa moça andou tentando contar para vocês. Eu vou contar mais um outro segredinho. Tem um médico sanitarista que ajudou a fazer as discussões na Constituinte sobre o SUS, ajudou a criar o conceito dos conselhos de saúde, Gilson Carvalho, que era de São José dos Campos, que foi dos conselhos, depois foi gestor, e no seu último livro – recomendo que vocês leiam – ele se mostra decepcionado.

Os conselhos viraram balcão de negócios, os gestores compram os representantes da sociedade civil, compram os representantes dos profissionais. Eles fizeram a coisa de tal maneira para não funcionar, para justificar tanto no SUS a volta à saúde privada, quanto na área da saúde mental voltar ao sistema de hospício. Então não se iludam em relação a isso.

Eu já fui antimanicomial, acompanhei a reforma em Santos, com Tykanori e Lancetti, depois fui para o Ceará, andei surtando lá. Na Amazônia eu criei o Fórum Sociedade Civil e Saúde Mental com o psiquiatra Rogério “Desquitado”. O sobrenome dele é Casado, mas como ele foi casado sete vezes, eu digo que tem que ser desquitado, não pode ser Casado.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: eu atualmente estou surtando, e a Fernanda me viu surtando lá na audiência pública sobre a conferência de saúde e a Polícia Legislativa - por isso não adianta chamar o SAMU psiquiátrico que não vai funcionar, nem a polícia de vocês -, a Polícia Legislativa tentando me intimidar, cortando a minha participação, e eu lamento que ela, como profissional, líder de classe, não tenha enquadrado a polícia - eu fiz essa reclamação

e está gravada no Conselho Nacional de Saúde - numa doença.

Eu teria muito delírio para contar para vocês, mas eu só vou finalizar, Luana, lhe homenageando. O Fellini, no seu último filme, *La Voce Della Luna*, as vozes da lua, que é baseado num livro maravilhoso que fala sobre a loucura.

Grato pela atenção de vocês. E viva a loucura, abaixo a razão. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Valeu, Jorge Louko. Obrigada, meu companheiro.

Vou passar para a Denise Laizo, do Ponto de Economia Solidária. Logo depois vou chamar o Nelson e a Bruna, da Vila Maria, zona Norte.

A SRA. DENISE LAIZO DOS SANTOS – Boa tarde. Meu nome é Denise, sou terapeuta ocupacional do Ponto de Economia Solidária do Butantã. Agradeço a possibilidade desta conversa que é extremamente importante.

O Ponto de Economia Solidária surgiu pela luta e é pela luta que a gente consegue avançar, e a gente tem muito que avançar. Não foi um serviço constituído de cima para baixo, hoje até carece de legislação, carece se tornar uma política pública e que vem há sete anos comprovando que é possível gerar saúde e saúde mental trabalhando, numa cidade em que a gente vê que o trabalho adocece.

Como a gente faz isso? Aliando essa noção, essa perspectiva da saúde mental, antimanicomial, tudo isso que a gente vem conversando, aos princípios da economia solidária, a gente cria trabalhos possíveis de gerar saúde. A gente tem experiências muito importantes e interessantes, de pessoas que chegaram a parar de tomar remédio, que receberam alta de CAPS e que antes passavam quase que o seu tempo todo dentro de um CAPS.

Então para a gente entender que, quando fala de saúde mental, a gente fala muito mais do que espaços de tratamento, que são extremamente importantes, com certeza, mas é muito mais. Gerar trabalho e renda tem um complemento ainda maior que possibilita essas pessoas irem atrás, com autonomia, dos mais diversos aspectos da vida que são fundamentais para todas as pessoas.

Eu só queria trazer um pouco da situação do Ponto. É um serviço muito frágil, vira e mexe querem acabar com a gente. No ano passado a gente estava aqui porque o Instituto Butantã queria passar por cima da gente. A gente venceu esse monstro, porque é muito grande, com a luta, porque a gente tem pessoas da comunidade, as pessoas da saúde mental que entendem a importância que estão com a gente.

Mas a gente vive uma situação muito precária, a gente passou cerca de seis meses... Antes tinha três funcionários. A gente ficou cerca de seis meses com apenas duas funcionárias. Aconteceu de o serviço estar sem servidora nenhuma. Isso foi informado para a supervisão, que simplesmente fala: “Ah, o que se pode fazer?”, porque uma pegou covid. Enfim, só dizer um pouco da precarização que a gente tem e não tem nenhum respeito e nenhuma intenção de melhorar esse quadro. A gente tem muro caindo, a gente tem uma série de coisas que simplesmente se lavam as mãos e não se olha, como se não existisse esse serviço.

Desculpe ultrapassar o tempo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Salve o Ponto de Economia Solidária do Butantã.

Vou chamar agora o Nelson e a Júlia, da Vila Maria, zona Norte; depois o Antonio Fernando da Silva Lima, usuário.

O SR. NELSON – Boa tarde a todos. Não poderia deixar de agradecer o seu comprometimento com essa causa. Inclusive, no próximo, você vai visitar nosso CAPS, que a gente sempre quis isso e é o que falta. Até é um alerta para a Comissão, para os outros Vereadores da Comissão de Saúde: a Comissão de Saúde, na minha opinião, tinha que sair um pouco da Casa e visitar os equipamentos da nossa cidade. (Palmas) Porque tem equipamentos na nossa cidade que funcionam precariamente.

Não é pauta daqui, mas – rapidamente – tem uma UBS na região do Jaçanã/Tremembé que foi interditada parcialmente pela Defesa Civil. A Defesa Civil do Município que gere a UBS interditou parcialmente a UBS pela estrutura que a mesma tem, colocando em risco inclusive os colaboradores. Então eu acho que a Comissão de Saúde, todos, deveria fazer esse

ato que você vai fazer agora no final do mês, visitando o nosso CAPS que também funciona “precarosamente”.

O CAPS da Vila Maria foi criado provisoriamente para funcionar na sede administrativa, no térreo, da organização social, isso há mais de dez anos. O provisório foi criado para atender a uma demanda de 150 pessoas, já chegou a atender 600. Então, óbvio, é impossível atender adequadamente. Daí foi criado...

Que nem já foi falado por outros aqui, nós não podemos colocar metas à frente de demanda. Não existe isso. Toda construção vem de baixo, você começa construindo um alicerce, vai construindo as paredes, vai estruturando toda a construção de um serviço, seja ele o que for. Na Vila, que nem, chegou a Portaria 333, do ano passado, de 2021 se não me engano, aqui todos lembram, veio cheia de metas a serem cumpridas. Mas em que momento foi discutida a demanda que já existia, a qualidade do serviço dessas demandas? Isso em nenhum momento aconteceu.

Então, mais uma vez, já finalizando, agradeço a você que vai estar lá, lá a gente vai poder discutir melhor, você vai entender o que eu estou falando. Os trabalhadores lá se desdobram para conseguir atender com a qualidade que tem a estrutura daquele equipamento, sem privacidade nenhuma. Uma das questões que esse atendimento psicossocial exige seria a privacidade dos usuários; lá nós não temos isso.

E é isso. E uma outra questão, já finalizando, é um dos serviços que a Prefeitura, que o Município menos gasta, porque o CAPS é custeado, a maioria do seu custo, com verba federal. Então é uma questão que a gente não fecha a conta. Então, mais uma vez, nós esperamos, agora finalizando, que tenha pessoas da Secretaria escutando. Já achamos sim um imóvel na Vila Maria que pode se adequar ao CAPS, o dinheiro já está em caixa da organização social.

Só que não ocorra que nem da última vez, que nós informamos à Secretaria em novembro de 2022 sobre o imóvel, essa ação está correndo junto ao Ministério Público também. Existe o SEI que a Secretaria foi informada. Em abril, diante da cobrança do Ministério Público, a Secretaria respondeu que ainda não estava sabendo do imóvel. Obviamente acabou alugando

para outra pessoa e nós perdemos esse imóvel.

Estamos com outro imóvel à disposição, que foi avalizado por todos os segmentos envolvidos que é adequado para implantação do CAPS, e o dinheiro já está lá. Então, eu gostaria de pedir uma celeridade do Secretário ou de quem está aqui responsável, porque a gente precisa. Não dá para contemplar essas pessoas com atendimento digno com a estrutura que tem lá hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Nelson.

Tem a palavra a Bruna, conselheira de Supervisão de Saúde da Vila Maria.

A SRA. BRUNA – Boa tarde. Eu me chamo Bruna e fui diagnosticada tardiamente com TDH. Sou mãe de três filhos, um deles inclusive autista nível 3 de suporte e estou como conselheira da Supervisão de Saúde e também do CAPS e da RAPS e pela criação da linha de atendimento TEA.

Eu gostaria de reforçar essas pautas e essas diretrizes defendidas, pois elas pedem não apenas a integralidade do serviço, como também a sua intersetorialidade, que tem o objetivo de as Secretaria interagirem, porque de nada vale tratar o atendimento de forma fragmentada, não contínua – porque infelizmente não é – e não interagir com outros setores. Por exemplo, uma criança com TEA é atendida no CAPS e, dali uns meses aqui, no CER, mas isso se não houver fila de espera, e, na escola, ela sequer tem orientação. Então, de nada vale esses serviços fragmentados e descontinuados, assim como nada vale tratar os autistas nos CERs e nos CAPSs se na escola eles não são devidamente orientados e amparados.

Eu gostaria de pedir a criação de um núcleo intersetorial que atenda a saúde, a educação, a assistência social e direcione o tratamento não só às crianças autistas, mas como todas as atendidas pelos aparelhos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Excelente. Muito obrigada.

Tem a palavra o Antonio Fernando da Silva Lima e, depois, o Fabiano, do Sindsep.

O SR. ANTONIO FERNANDO DA SILVA LIMA – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço à Mesa por esta iniciativa. Eu acho que os Vereadores da Câmara, da Comissão de saúde, têm que visitar as casinhas das unidades da saúde para ver como elas estão.

Eu me sinto muito triste de, em uma audiência como esta, só ouvir denúncia das condições do próprio funcionário dentro da unidade de saúde. Se o funcionário que está dentro da unidade de saúde está sem condições de trabalhar, como será que está a situação dos pacientes que vão a essas unidades procurar um serviço? Isso é para refletir e é muito mais grave do que se imagina. Se o funcionário não está preparado para atender a uma pessoa, como fica a situação do paciente? Isso é muito grave e muito triste.

O Orçamento da cidade de São Paulo só perde para o do Estado de São Paulo, e a terceirização aqui na cidade nunca conseguiu dar uma resposta de qualidade do serviço. A saúde mental, por exemplo, está uma vergonha e em estado de abandono, assim como a porta principal de entrada para a saúde mental, que é a atenção básica. Lá em São Mateus, na zona Leste, onde eu moro, o CER, gerida pela Fundação do ABC, não tem psiquiatra, não tem neurologista, não tem equipe multidisciplinar. A saúde mental, além da Fundação do ABC, que gere uma parte, também é gerida pela Associação Padre Moreira, que está fracionando medicamentos para os pacientes.

Então, a situação é grave e muito triste. São milhões indo para essas OSs, que oferecem um serviço de péssima qualidade na cidade de São Paulo. Esse abandono é digno de vergonha. A atenção básica à saúde está abandonada, e os pacientes do CAPS, do CER e da saúde mental procuram esse serviço e são jogados pelas OSs para todos os lados, como bolas de gudes, mas todo mês elas recebem milhões da Prefeitura. Em São Mateus, a maioria dos serviços de saúde mental são oferecidos pelo Santa Marcelina, enquanto a Fundação do ABC, só pelos serviços que oferece na zona Leste, leva quase 20 milhões por mês, sendo que só oferece serviços para TSF e não atende sequer 50% dos pacientes. Esse abandono é uma vergonha.

Chamo a atenção de todos que estão aqui para a situação que a gente está

enfrentando na atenção básica, porque sequer ao básico a gente está tendo acesso. Se nem o funcionário tem condições de trabalhar, como ele vai atender ao paciente? Isso é muito triste.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro.

Tem a palavra o Fabiano, do Sindsep.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Fabiano e eu sou trabalhador da atenção básica e dirigente do Sindsep.

Eu começo a minha fala demonstrando solidariedade aos trabalhadores da Secretaria que estão aqui com o trabalho inglório de defender o governo, que sequer teve coragem de encarar a população e os trabalhadores. Esta é a segunda audiência pública a que eu venho nesta Casa sem a presença do Secretário Municipal de Saúde, que deveria estar aqui para nos dar satisfações.

Sobre o que está sendo ampliado, dos vazios assistenciais, eu acho muito bom. Mas e o que já está em funcionamento, Secretário? Como dito aqui, 90% da saúde mental estão terceirizados. Eu quero saber qual é a demanda reprimida e dos CAPSs, onde faltam profissionais. Alguns CAPSs Infantil estão sem psiquiatra há um ano, e o mesmo ocorre em outros serviço, onde, além do psiquiatra, faltam terapeutas ocupacionais e redutores de danos. Eu quero saber desses números, Secretário. O seu trabalho é corrigir o que está errado e não vir aqui fazer uma defesa como se tudo estivesse maravilhoso, sobre o que estão ampliando, dizendo que está tudo bem, porque não está. A gente sabe que o problema é o modelo de gestão privado, que tem que ser abolido de uma vez por todas, porque ele não beneficia ninguém, sequer os donos das Organizações Sociais.

O que a gente sabe é que o trabalhador está precarizado nesses serviços e, portanto, o dinheiro não está indo para ele, porque tem serviços acessórios nesse contrato, honorários contábeis e advocatícios e serviços de consultoria. Então, com o que menos se gasta nesses contratos é com o serviço de saúde, e não dá para admitir uma coisa dessa.

Quando a gente tem a oportunidade de questionar e debater sobre isso, o Secretário

está no conforto do seu gabinete. Será que o constrangimento é tão grande a ponto de ele não querer aparecer aqui e ouvir o que a população tem a dizer? Eu acho que é isso e não vejo outra justificativa. Embora o foco do Sindsep sejam as unidades da Administração Direta, a gente vem dialogando com os trabalhadores de Organizações Sociais e a gente percebe como as coisas funcionam: portaria para reduzir contratos, o que está impactando na Assistência com demissão de profissionais, sendo que a saúde mental precisa de vínculo. Como, então, a gente vai enfrentar essa rotatividade, com trabalhador sendo mandado embora toda hora? Não dá para trabalhar assim, sem ter tranquilidade e condições de se aperfeiçoar.

Era essa a minha fala.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigado, companheiro.

Tem a palavra o Douglas Cardozo.

O SR. DOUGLAS CARDOZO – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, agradeço à Vereadora Luana pela condução desta audiência pública.

Quando se trata da saúde, é muito importante nós pensarmos como ela é administrada e como é feita no nosso município. A RAPS, por exemplo, foi destruída no município de São Paulo, e foi feito isso intencionalmente para atender objetivos e ganhos financeiros. Quando nós falamos que as Organizações Sociais vêm abocanhando recursos do SUS, isso não é à toa, existem grupos financeiros ganhando muito dinheiro com isso. E saúde, para eles, é um negócio.

Eu respeito muito os profissionais médicos, mas a gente não pode passar a mão na cabeça daqueles que fazem da saúde um negócio. É importante que todos saibam que muitos dos bônus das organizações sociais são médicos; médicos que transformaram a saúde também em um negócio. O que acontece? São pouquíssimos os médicos que hoje defendem o SUS. Hoje quando se abre um concurso público para preencher vagas de psiquiatria para a saúde mental, quantos se inscrevem? Pouquíssimos. Por quê? Hoje a Administração Direta oferece 1 mil reais para um plantão de 12 horas para um profissional médico. Mas, aí, você tem

organização social oferecendo 2,2 mil reais, 3 mil reais. Então, esse profissional pode estar no SUS, mas não vai defender o SUS.

Para concluir, é importante a gente reforçar que o SUS é feito por equipes multiprofissionais. O SUS não tem o médico na sua centralidade. O SUS tem enfermagem, tem psicólogo, tem assistente social, tem terapeuta ocupacional. É isso, gente. A gente precisa levantar a nossa voz e dizer que o SUS é nosso, e fora os mercenários da saúde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Douglas. Agora, Aline do Sindsep. Logo depois, Elisangela Lopes, da Casa de Atenção da Guarda Civil Metropolitana.

A SRA. ALINE BARBOSA – Boa tarde a todos. Sou Aline. Tenho muito orgulho de dizer que sou trabalhadora da área da saúde. Estou agora com o dirigente do Sindsep. Preparei um texto para falar sobre o que sabemos e que está muito claro: que a saúde mental está sofrendo um desmonte.

Os ambulatórios de especialidades estão encaminhando seus pacientes – que tinham atendimento fiel com seu médico, com o funcionário que trabalha lá dentro – para unidades de referência de abrangência, que estão sendo administradas pelas organizações sociais de saúde. Quando o paciente chega a suas unidades de referência, muitas vezes ele é atendido sabem como? Ele é uma meta. Estão aguardando ele para captar seu cartão SUS, para que ele entre nas metas. E quem atende esse paciente é o trabalhador da recepção, que está com a receita dele pronta, no prontuário de atendimento. Ele não passa pelo médico. E o fim do atendimento desse paciente se dá na farmácia.

Aí, eu pergunto: onde está a Risperidona? Onde está a Clorpromazina? Onde está a Sertralina? Onde está o Clonazepam? Nós não temos medicamento, nós não temos atendimento. Nos hospitais, falta atendimento para esses pacientes que precisam.

Termino a minha fala lembrando que quando tudo for privatizado, seremos privados de tudo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira. Próxima, Elisangela Lopes.

A SRA. ELISANGELA LOPES – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Elisangela Lopes, sou psicóloga e guarda civil metropolitana. Atuo hoje como psicóloga na Casa de Atenção, que é uma casa psicossocial que dá atendimento aos guardas civis e a seus familiares. Venho agradecer em nome do meu diretor, Milton Della Costa, a visita da Vereadora em 2020 à nossa casa, convite que fazemos novamente.

O que é a Casa de Atenção? Apresentarei a vocês rapidamente. Fazemos atendimento psicossocial. Hoje somos cinco psicólogas. Duas trabalham em sistema de plantão 12 horas; duas trabalham quatro horas, dois plantões, e uma, diária, de segunda à sexta, para atender os quase 7 mil servidores da Secretaria de Segurança Urbana. Já vi ali um gesto de negação. É de fato praticamente impossível. Mas, dentro do que a gente consegue fazer, temos que comemorar que no ano de 2022 não tivemos nenhum suicídio na Guarda Civil Metropolitana. (Palmas) Estamos fechando o primeiro semestre de 2023 também sem nenhum suicídio.

Nosso trabalho é de formiguinha, é difícil. Temos alguns parceiros. Vocês são nossos parceiros: CAPSs, UBSs. É muito difícil para nós cinco, que somos psicólogas da Guarda, porque fazemos o acolhimento e encaminhamos para parceiros. Parceiros esses que são estagiários e que trabalham um semestre fechado e por poucos meses – três ou quatro -, por isso não conseguimos dar continuidade a esse acolhimento, a esse vínculo terapêutico. Não temos nenhum órgão de psiquiatria para encaminhar. A dificuldade é imensa. Muitas vezes, encaminhamos para o Hospital do Servidor Público, que não consegue fazer atendimento ambulatorial. O atendimento para psiquiatria é caríssimo, sabemos disso.

Então, enfrentamos muitas dificuldades. Por isso, estar aqui participando desta audiência e contando com todos vocês, é uma oportunidade; porque vi que a nossa luta também é a mesma da de vocês. (Palmas) Lembro de que quem cuida precisa de cuidado, e o trabalhador da GCM cuida da população. Muitos estão adoecidos por todas as demandas que foram apresentadas aqui hoje.

Quase 80% dos nossos atendimentos são demandas psicológicas e psiquiátricas. Então, contamos com a parceria de todos vocês. Contamos com a parceria da Vereadora, que

muito tem nos ajudado; e estendo, Vereadora, o pedido do meu diretor, que solicitou ao jurídico um concurso para quatro vagas de psicólogo. Ele pede esse apoio da senhora. Contamos com isso.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Elisangela, queria agradecer a sua presença e dizer que a sua fala é muito importante. Vou utilizar meio minuto para dizer isso. Assim como entre profissionais de segurança pública do Estado, tivemos no município uma onda muito forte de suicídios no último período em que nosso mandato esteve presente. Essa onda foi brutal, foi profunda entre profissionais da GCM. Por isso, fico muito feliz por saber dos números. Sem dúvida, estarei de volta em breve à Casa de Atenção da GCM.

Obrigada. (Palmas)

Tem a palavra o Valdomiro, do Fórum de Saúde dos Trabalhadores.

O SR. VALDOMIRO MARQUES – Boa tarde a todos e a todas. Luana, obrigado por essa iniciativa. A Flávia traz uma fala interessante, que é sobre os Conselhos Gestores, que estão desmontados na saúde na cidade inteira, e isso não é por acaso. A gente precisa se atentar a isso, porque, na verdade, é um desmonte do Conselho para desmontar a saúde.

Nossa querida Fernanda nos traz perguntas muito pertinentes e uma certa expectativa. Mas, logo em seguida, o Alex nos traz os relatos dos nossos colegas trabalhadores, que nos deixam tristes. Nós temos direito à saúde pública. Nós temos o direito de cuidar da nossa saúde física e mental. Infelizmente, a gestão pública está nos privando disso. Isso é uma realidade, gente; estão nos privando. E a verdade, precisamos dizer: nós temos um fato: neste momento, por falta de acesso à saúde pública, pessoas estão morrendo. Precisamos falar disso todos os dias. Pessoas morrem por falta de acesso à saúde pública. Pessoas estão sem condição de cuidar da sua saúde psíquica por falta de acesso à saúde mental. Nós precisamos falar disso todo dia.

Organização social não representa a saúde pública da cidade de São Paulo.
(Palmas) A organização social não nos representa, não representa a nossa saúde. Pode

representar qualquer coisa, mas a saúde da população, elas não representam. E lucro não diz respeito à saúde pública. Lucro nada tem a ver com o cuidado da saúde. E nós precisamos dizer isso todos os dias: temos direito à vida e vamos lutar por ela. Nós temos direitos e nós vamos lutar. Exigimos não morrer.

Obrigado, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Grande Valdomiro. Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Risonete Fernandes da Costa, do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã.

A SRA. RISONETE FERNDANDES DA COSTA – Nós tínhamos pedido para passar um vídeo de quatro minutos porque não vamos ocupar todo o tempo. Poder ser?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está bom. Pode ser.

A SRA. RISONETE FERNDANDES DA COSTA – É um vídeo de 2018, mas traz o começo da nossa história.

Nós fizemos uma força-tarefa para outras pessoas fazerem o nosso trabalho, hoje, no Ponto de Economia Solidária, por esse momento de luta pela saúde na cidade.

É uma vergonha que a Secretaria de Saúde não possa estar presencialmente aqui. É como o companheiro acabou de falar: vocês estão com o almoço pago, a janta paga, e nós estamos aqui na luta, deixamos o trabalho para vir aqui. Então, por favor, venham falar com a população.

Vamos ver o vídeo do Ponto, e, depois, as outras falas.

Obrigada. (Palmas)

- Apresentação de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, muito rapidamente, eu queria dizer que eu tive a felicidade de conhecer o pool de economia solidária do Butantã muito antes de ser Vereadora. É um espaço revolucionário na cidade de São Paulo, é um espaço que permite o

cuidado, a autonomia, o trabalho, uma gestão muito autônoma e muito feliz. E eu fico sonhando, pensando quanto que não poderia ser um equipamento que poderia ser expandido.

Nós, que somos moradores da região, tem os o privilégio de poder conhecer o pool de economia solidária, conviver com esse trabalho. Eu sou vizinha do ponto de economia solidária, mas é evidente que é um equipamento que tem o potencial de ser enorme na cidade, de haver muitos pontos de economia solidária em muitos pontos da cidade, porque gera um nível de autonomia e de cuidado com o trabalho que é inédito, inovador.

Eu queria muito agradecer a presença do ponto de economia solidária, hoje, nesta audiência. E gostaria de dizer que nós seguiremos batalhando, porque essa luta é uma luta de toda a saúde mental na cidade de São Paulo.

Muito obrigada pela presença. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Marcel de Lima Marigo, do Cecco Trote.

O SR. MARCEL DE LIMA MARIGO – Boca precisa de comida, pulmão só é pleno com ar. E a alma? A alma se alimenta com música, crochê, dança, pintura. A alma se alimenta com arte. E arte é moeda que vale em toda parte, principalmente nos CAPSs e nos Ceccos.

Quando eu falo de arte, eu estou falando em eficácia e eficiência, sim, mas em outro modelo, um diferente, mais barato.

Eu faço terapia comunitária sem gastar um real do meu bolso. Eu crio intervenções em musicoterapia sem tirar nada, sem gastar nada. É barato. E o que era para ser solução, ser barato, parece que é um problema, porque é muito claro, é muito transparente, não dá para deixar escuso, não dá para deixar encoberto.

Nós vimos, já percebemos, e nós queremos investigação sobre essas verbas da OS.

E eu queria finalizar o meu tempo falando da questão da transmissão nesta Casa.

Eu conversei com um colega muito simpático, servidor também; mas [o trabalho] é feito de uma forma muito amadora. Não está tudo bem, não, o pessoal do *on-line* não escutar parte do que fizemos. Não está *ok*. Esta Casa tem verba suficiente para contratar alguém, tem recursos, precisa ter um profissional para fazer isso. O *on-line* agora é realidade, não é

possibilidade; precisa ter alguém para levar mais a sério o que nós estamos fazendo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom. Obrigada, Marcel.

Tem a palavra a Sra. Vanessa Maria dos Santos, do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã.

A SRA. VANESSA MARIA DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Quero primeiramente já começar falando de uma moça que acabou de descer que falou sobre remédios, [em] geral. E ela falou sobre um remédio que eu tomo após o café da manhã – tanto que eu trouxe até para mostrar. Quando eu não tomo café em casa, eu o levo para o Ponto, para tomar café e tomá-lo lá. Então, está aqui. É a sertralina. Esse remédio que eu estou tomando é para várias coisas: ansiedade, depressão *etc.*

Eu trabalho ali, no Butantã, no Ponto de Economia Solidária. Ali, eu comecei a trabalhar e, quando entrei, eu me senti muito feliz. Foi uma coisa, assim, gratificante para mim. Conheci as pessoas que trabalham lá, comigo, e eu me senti muito bem. Fui bem acolhida.

Até no tempo da pandemia, teve de se fechar tudo e ficamos trabalhando em casa. Enfim, quando fechou o Ponto, eu não conseguia mais trabalhar em casa. Não conseguia fazer nada – não tinha como. Eu ficava agoniada. Sei lá o que eu queria. Depois, quando reabriu o Ponto, parece que aquilo me levantou, me reviveu. Acho que eu já falei isso outras vezes, mas gostaria de repetir algumas partes para as pessoas que não estavam. Eu me senti viva novamente.

Estou ali, naquele lugar, muito agradecida pelas pessoas que trabalham ali e tal. Quero agradecer a todos, também, que estão presentes e aos que estão *on-line*. A nossa amiga, ali, e eu já nos conhecemos há um tempo. Somos vizinhas, ali, do Butantã, como ela já disse. Eu a conheci aqui, mesmo. Que eu me lembre, acho que foi aqui onde a conheci e fiquei muito feliz de ter conhecido você. Deus a abençoe muito. Eu me sinto muito feliz de estar naquele lugar.

A Denise, que teve de sair, falou do tempo que nós estávamos passando com o Instituto Butantan. Estivemos aqui por duas vezes, naquele tempo, e, graças a Deus, agora,

vencemos. Ganhamos essa luta e que continuemos nessa luta.

Quero terminar com uma frase. Se todos puderem repetir, seria muito bom: Ponto é saúde, trabalho e vida.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sra. Vanessa. Agora, é a Sra. Maria José e, depois, será o Sr. Thiago. Pessoal, peço que todo mundo tente falar em dois minutos.

A SRA. MARIA JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS – Eu sou a Maria José Pereira dos Santos. Eu trabalho aqui, no Corifeu. Gostei. Só há esse serviço mesmo. Para arrumar outro, é difícil. Vamos ficar nesse, mesmo. O pessoal de lá me adora. Não me deixam sair, porque não dá para sair. Não há outros. Vamos ficar nesse, mesmo.

Agradeço a todo mundo, à Rosana, à Neide, à Lúcia. Uma vez por mês, eu vou ao Cecco para ver a Cibele e ela me adotou de papel passado. Pronto! Parabéns. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Obrigada, Sra. Maria José. Agora, é o Sr. Thiago.

O SR. THIAGO – Boa tarde a todos. Eu sou o Thiago. Eu sou trabalhador do Ponto de Economia Solidária. Faz pouco tempo, seis meses. Começamos a partir do Cecco Previdência, que fez uma parceria com o Ponto. Lá, surgiu, em janeiro, o “Lava Cecco”, que aborda, também, o tema sustentável. Em um Ponto de Economia há comida sem veneno e lá nós abordamos o tema sustentável, economizando água – 320 litros de água por cada lavagem.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Thiago. Agora, é o Sr. Cláudio Henrique. Depois, será a Sra. Sonia, do Ponto de Economia Solidária.

O SR. CLÁUDIO HENRIQUE – Boa tarde, senhoras e senhores. Eu trabalho no

Ponto de Economia Solidária. Trabalho em uma livraria, no sebo de livros usados. Sou atendente e catalogador de livros. Estou lá há quatro meses.

Antes disso, eu cheguei a pensar que a minha vida tinha acabado. Eu já não tinha mais esperança. Eu não tinha mais como encontrar forças para procurar emprego, até que um amigo meu que trabalha nesse Ponto ligou para mim, dizendo que precisavam de um funcionário para trabalhar na livraria. Eu sou muito grato a ele. Se agora eu não estou desempregado, eu agradeço a ele e ao Ponto.

Gostaria que vocês analisassem isso da seguinte forma: o Ponto de Economia Solidária ajuda a combater o desemprego e a reduzir o índice de desemprego. Se o Ponto acabar, o índice de desemprego vai disparar, vai subir. Então, é responsabilidade de todos nós manter o Ponto de Economia Solidária, para que ele continue funcionando, porque, dessa forma, iremos combater o desemprego. Por favor, façamos isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro Cláudio. Agora, é a Sra. Sonia, também do Ponto de Economia Solidária do Butantã.

A SRA. SONIA HAMBURGER – Boa tarde a todas, a todos e a todes. Eu sou a Sonia Hamburger. Sou do Conselho Gestor do Ponto. O Ponto, como um equipamento da RAPS, como todo equipamento do SUS, tem um conselho gestor. O nosso conselho gestor, talvez por estar em um equipamento da direta, é um conselho gestor muito forte, muito presente, e eu acho que o fato de as OSs estarem cada vez mais tomando conta do SUS enfraquece o conselho gestor e, portanto, a fiscalização, o acompanhamento da comunidade ao serviço de saúde.

Eu quero falar, muito rapidamente, que o Ponto é um lugar de cuidado para os trabalhadores que lá se encontram, que lá estão todos os dias, para a comunidade que lá vai, para aqueles que o visitam de vez em quando. É um lugar de acolhimento e cuidado. Poder ter a perspectiva de difundir essa experiência, que é superinovadora e muito exitosa na cidade, seria fortalecer a RAPS, a luta antimanicomial e o cuidado em liberdade.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Obrigada, Sra. Sonia. Depois deste momento bastante forte, eu vou chamar a Sra. Janete Maria Correia Santana, que é da UBS Jardim das Pedras. Está por aí? Depois, será a Sra. Juliana de Souza Gomes, que é Presidente do Conselho de Saúde e Supervisão Técnica de Perus/Anhanguera.

A SRA. JANETE MARIA CORREIA SANTANA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e todos os presentes. Eu me chamo Janete Santana. Sou conselheira gestora da UBS Jardim das Pedras, no segmento “usuário”.

Hoje, estou aqui para falar pelas mães atípicas, mães que estão adoecendo diariamente por não conseguirem atendimento aos seus filhos, pois a fila de espera no SUS é muito extensa. As crianças autistas precisam de dentistas – principalmente, as que sofrem de TOC, porque elas precisam de sedação e a UBS não tem essa estrutura.

Essas mães, gente, adoecem diariamente, com depressão, com ansiedade e muitas delas pensam em tirar a própria vida. Essas mães precisam também de acolhimento. Precisamos acolher essas mães, porque, na maioria das vezes, elas se tornam invisíveis para a sociedade.

Portanto, estou aqui fazendo um apelo para que deem atenção e acolham essas mães. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada. Agora é a Juliana, do Conselho de Saúde e Supervisão Técnica Perus/Anhanguera.

A SRA. JULIANA DE SOUZA GOMES - Boa tarde a todos. Vereadora Luana, cumprimento a Mesa, obrigada.

Vejo o Cecco como um equipamento essencial, porque ele é o único equipamento que tem portas abertas; consegue acompanhar o usuário em todos os momentos; não é limitado. Diante disso, vemos a tendência, que é em todo o território de São Paulo: a falta de funcionários, principalmente de oficinairos, e também falta de material para esses oficinairos trabalhar.

É tudo muito intenso. Temos uma gestora no nosso equipamento e ela faz das tripas coração para que o equipamento tenha o funcionamento mais eficaz e mais eficiente para o território.

E há uma tendência, tendência não, algo horrível lá no território também, em Perus/Anhanguera, é que esse equipamento está instalado, de uma maneira bem esdrúxula de falar, num porão. Num porão porque fica abaixo de um supermercado, onde, ao lado, tem o almoxarifado desse supermercado, e é ali que os caminhões que carregam e descarregam material.

E assim: como é o tratamento? Como é o acompanhamento? Num equipamento de saúde que já é por si só insalubre? Onde tem uma instalação insalubre.

Um projeto que vai ajudar, aliás, o Secretário esteve no território, recebeu o projeto com uma análise da mudança do Cecco Perus para o Parque Anhanguera e concordou. Espero que realmente tenhamos êxito nessa mudança e melhorias sempre são essenciais para o Cecco, para nosso atendimento e para a saúde mental da população.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Vamos batalhar. Muito bom. Obrigada, Juliana. Agora é a Lira do Sindsep e, depois, a Cristiane do Cecco Bacuri.

A SRA. LIRA ALLI - Boa tarde, meu nome é Lira, sou Diretora do Sindsep, acompanho os equipamentos da região Oeste, e vejo bastante gente conhecida hoje, aqui.

Sou professora de Artes na Rede Municipal, sou servidora desta cidade e sou servidora porque tenho como função, como projeto de vida, servir ao povo da cidade de São Paulo, servir os munícipes.

Infelizmente, o objetivo do Prefeito, que está no poder hoje, não é servir o povo, o objetivo dele é servir o capital, as grandes empresas, o lucro das OSs, o mercado imobiliário. Ele não está preocupado com o povo. Ele está preocupado em sair bem nas fotos e ganhar as próximas eleições. Essa é a única preocupação dele.

E esse processo que o Ricardinho faz com a nossa cidade, de precarização...

- Manifestação do público.

A SRA. LIRA ALLI - Ricardinho, sim, esse cara não tem nem estatura para ser Ricardo. Esse processo que ele faz de adoecimento, de precarização do trabalho, pois vai retirando os trabalhadores dos seus locais de trabalho. Ficam pouquíssimos ali para realizar as tarefas, precisam se desdobrar para trabalhar no local de duas ou três, até quatro ou cinco pessoas, os trabalhadores estão adoecendo muito.

E, quando nós adoecemos, servidores públicos adoecidos não vão conseguir entregar boas políticas públicas, justamente porque estamos adoecidos. É humanamente inviável, não tem como.

Agora, um patrão numa empresa tem de se responsabilizar pelos seus trabalhadores. O Ricardinho não se responsabiliza pelos servidores públicos, pela vida de servidores que estão dando justamente suas vidas, dando sangue ali, abrindo mão de muitos aspectos de suas vidas particulares para conseguir fazer o mínimo no trabalho. Isso porque nós queremos atender o povo desta cidade. Queremos servir o povo e queremos que o povo seja bem servido, mas não temos as condições objetivas, concretas.

A terceirização destrói as relações, os vínculos. Nós precisamos de concurso público e servidor público para fazer saúde pública. A saúde mental não existe sem vínculo! E precisamos de servidor concursado, oficineiros concursados nos Ceccos, toda a equipe multidisciplinar nos CAPSs. Precisamos de concurso e aqueles já efetuados, os servidores precisam ser chamados.

Infelizmente, para isso nós sabemos: teremos de derrotar o Ricardinho nas próximas eleições. É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Lira. Agora, Cristiane, do Cecco Bacuri e, depois, a Melania, do Cecco Santo Dias.

A SRA. CRISTIANE – Boa tarde, pessoal, sou Cristiane, do Cecco Bacuri. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa, me vi muito bem representada pelas falas dos colegas.

Gostaria de salientar que a Cris Lopes trouxe alguns dados dos Ceccos, então,

quantos de nós estamos para aposentar; quantos receberam a reforma, enfim, quero dizer que esses dados que ela trouxe são fruto de conteúdos que nós, servidores do Cecco, fizemos. Nós fizemos um levantamento, nós imaginamos o que era importante, nós estamos preocupados com as aposentadorias e, mais ainda, estamos preocupados com a continuidade dos serviços no caso de nos aposentarmos.

Tem um movimento que fazemos e não é de hoje, é de muito tempo. Mas, assim, estamos todos nós muito próximos da aposentadoria sem ver retorno desse trabalho todo que nós fazemos, muito disso, inclusive, por livre e espontânea vontade.

Nós pressionamos a Secretaria Municipal da Saúde pedindo uma resposta para a questão dos materiais que nós usamos nas oficinas; pedindo resposta dos oficineiros. Nós contamos para eles, o tempo inteiro, que estamos para aposentar e, assim, não vi referida, na fala da Secretaria, nada disso. Isso me deixa extremamente entristecida ouvir a pessoa que falou pela Secretaria dizer assim: “E tem também os Ceccos”. Só que nós estamos num equipamento extremamente inovador, em que cabe todo mundo, no qual cabe a saúde mental e não só o transtorno mental. Onde cabem as pessoas que têm transtorno mental e também as crianças do farol. Mas cabe também a senhora que está em casa e todos aqueles, na pandemia, que descobriram o Cecco, aliás, quando apresentou-se para todo mundo a importância da convivência, do convívio. Portanto, esse equipamento é extremamente inovador.

Estamos há mais de trinta anos, eu mesma estou há trinta anos - vou fazer 32 anos na Prefeitura - sempre trabalhando em Cecco e vendo a potência e a importância que esse serviço tem. E, assim como eu, muitos de nós, trabalhadores, e muitos de nós, usuários, somos apaixonados por esse serviço. Fazemos a defesa dele intransigentemente em todos os espaços que nós vamos.

Queria pedir à Luana, dizer que vou me juntar à colega que pediu quatro psicólogos e acrescentar que temos um levantamento do que temos necessidade nos serviços. E mais: não queremos ser trocados por OSs. Queremos, aliás, a garantia de que vamos ter servidores públicos fazendo o que nós fazemos, porque, mais importante do que nós fazemos no cotidiano,

é o vínculo que temos com os trabalhadores e com o território, com os usuários e seus territórios.

Então quero me juntar à colega – já que vai pedir –, e dizer para você que dá para pedir vários outros profissionais, os quais estamos precisando muito.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cris. Muito bom. Agora chamo a Melania, do Cecco Santo Dias e, depois, a Suzi Cleide, da Supervisão Técnica de Saúde Itaim Paulista.

A SRA. MELANIA – Boa tarde. Muito obrigada pela oportunidade, Vereadora Luana. A minha principal causa é: Epilepsia, e se fosse você?

Epilepsia e o Cecco, e o CAPS. A saúde mental e emocional de uma pessoa com epilepsia é muito frágil. E, dentro do Cecco Santo Dias fui descobrindo a maravilha que é conviver com dedicados, esforçados e amáveis funcionários públicos concursados; o quanto são importantes as oficinas, o tear, o aperfeiçoamento, as aulas de *tai chi chuan*, os bordados, as pinturas. Eles vão se aperfeiçoando e trazem para nós, as várias pessoas diferentes, que frequentamos os Ceccos, eles nos fazem felizes. Estar duas horas dentro do Cecco traz paz. A convivência com a diversidade dentro do Cecco é algo maravilhoso. O Cecco é importante para nós.

Eu também tenho a falar das datas comemorativas, seja aniversário, festa junina. Isso nos faz uma confraternização. A saúde mental dentro do Cecco faz com que eu, uma pessoa com epilepsia, tenha maior equilíbrio naquelas duas horas em que estou ali fazendo meu tear, meus pontos, meus pontinhos ali no bordado.

Agora vamos às partes chatas. Cadê a caixa de som do Cecco Santo Dias? Gente, isso é uma larga história. Como eu sou conselheira e tem outro conselheiro ali, a gente sabe dessa... Não sei por que ela sumiu.

Então vamos lá. Eu quero fazer uma crítica à OS, ao CEJAM, que é da minha região. Ela simplesmente não quis participar do Purple Day no Cecco. Fomos até lá, convidamos, oficializamos o convite, e eles fizeram a atividade deles ao nosso lado. Nós estamos dentro do

Parque Santo Dias. Saúde mental, epilepsia, Cecco, uma caminhada dentro do Parque, como não nos convidar? E foram convidados diversas vezes por nós, conselheiros, e pela organização do Cecco. Então realmente é uma pouca vergonha, porque o CEJAM... Nós não temos psiquiatra, não temos neurologistas, não temos psicólogos, nós estamos sem serviço social na nossa região.

Mais uma coisa: viva o SUS. E pela liberação do canabidiol para a nossa saúde mental.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Melania. Muito bom.

Agora é a Suzi Cleide, da Supervisão Técnica de Saúde Itaim Paulista. Depois é a Alessandra Rosini Carrasco, do CAPS Adulto I Butantã e Ponto de Economia Solidária e Cultura Do Butantã.

A SRA. SUZI CLEIDE – Boa tarde a todos.

Eu sou conselheira do Itaim Paulista, da Supervisão. Eu venho encarecidamente pedir para a Comissão dar apoio para todos os Conselhos de Saúde, porque as OSs estão nos amedrontando, estão nos oprimindo e nós precisamos de apoio, nós precisamos ser fortalecidos, nós precisamos de mais instrumentação para não sermos engolidos.

As pessoas falam “Ah, o usuário não participa”; o usuário participa, sim. Mas é sempre uma recorrência no tratamento, então as reuniões são sempre maçantes, repetitivas, sempre muito chatas, porque não se trata do que a gente realmente necessita. E quando a gente fica ali batendo na tecla de que precisamos de mudança, então aquele que precisa de mudança é o chato, é o inconveniente, é o insuportável. Então precisamos que a Comissão trabalhe em cima desse regimento dentro do Conselho para a cidade de São Paulo, que a gente possa mudar essa realidade.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Suzi Cleide.

Agora, Alessandra Rosini Carrasco, do CAPS Adulto I Butantã. Depois o Guilherme

Farina Ribeiro, munícipe.

A SRA. ALESSANDRA ROSINI CARRASCO – Boa tarde.

Eu sou psicóloga, sou do Conselho Gestor do Ponto de Economia Solidária, colaboro com os processos de trabalho lá, mas agora eu queria falar um pouco sobre o CAPS Adulto Butantã.

Esse CAPS historicamente se originou de um hospital-dia, da política de saúde mental da Prefeita Luiza Erundina. Atualmente é um CAPS II, abrange cerca de 600 mil habitantes do distrito do Butantã e é referência para 16 UBSs. Dando um salto histórico, a partir de 2020 a gente teve uma redução de 50% da nossa equipe técnica, ficamos até 2023 com dois psiquiatras, sendo que um é gerente, temos três enfermeiras e três psicólogas, eu inclusa.

Com toda essa precariedade e o aumento da demanda de atendimento em saúde mental em todo o País, a gente vai percebendo a pobreza da perda da interdisciplinaridade dentro da equipe, e o trabalho que vai virando ambulatorial, a dificuldade de encaminhar pacientes para atenção básica, quando estáveis, porque eles não querem ir, frente a todo esse rodízio de profissionais da OS, que agora 100% da atenção básica está com a OS. E vislumbramos, assim...

Fomos apontados para a entrada de OS, mas agora, em 2023, com a entrada da OS no CAPS IJ, sentimos um fôlego com a entrada de mais um assistente social, uma enfermeira e uma psiquiatra. Aí a gente, representando o CAPS, vem pedir ajuda para a Senadora... ato falho... a Vereadora Luana ajudar nessa conversa. A gente está querendo respirar, resistir e continuar com a Administração direta. Sempre acreditando que juntos somos mais fortes.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira.

Agora é o Guilherme; logo depois, o Paulo Inácio, do CAPS Adulto III da Mooca.

O SR. GUILHERME FARINA RIBEIRO – Boa tarde. Meu nome é Guilherme Farina Ribeiro, sou do Cecco Nóbrega, de Artur Alvim.

Meu, para mim, isso aí é falta de respeito das OSs, porque a gente precisa de mais

desenvolvimento, de mais funcionários para melhorar o desenvolvimento das pessoas. E outra: isso aí que estão fazendo é vergonhoso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Guilherme. Muito bom.

Agora é o Paulo Inácio, do CAPS Adulto III da Mooca.

O SR. PAULO INÁCIO – Boa tarde a todas e todos.

Eu fiquei sem falar nada porque a Aline roubou minhas palavras, ela falou tudo. Estão faltando os remédios que ela falou, Risperidona, Carbamazepina, Clorpromazina, Losarpina; estão faltando vários medicamentos. Eu fiquei sem remédio oito meses, quase deu um treco em mim. E depois as pessoas vêm dizer que não, que o paciente não precisa de remédio. Todo paciente precisa de remédio, é só saber tomar e diminuir as doses. Isso depende de nós, não é só deles, não. Deixar o que eles querem fazer conosco é uma coisa inexplicável. Eu acho que nós temos que falar mesmo com autoridade, porque nós merecemos.

Eu sou paciente especial, eu tenho esquizofrenia há 17 anos e não é fácil para mim. Quando eu vejo um colega meu, uma colega minha aqui falando que é paciente especial também, eu fico todo me tremendo, fico arrepiado, porque não é fácil chegar aqui neste microfone e falar para todo mundo como são as coisas no dia a dia da gente. Então só tem que agradecer.

Muito obrigado, Aline. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro.

Pessoal, a gente está bem no final, com o horário estourado. Tem mais algumas poucas falas de forma *on-line*. Queria saber se o Daniel Gomes da Silva, do Polo Cívico da Brasilândia, está *on-line*. (Pausa)

Eu vou, então, passar, de forma *on-line*, à Mirta Maria Gonzaga Fernandes, conselheira do Movimento Popular de Saúde, por dois minutos e, para finalizar, muito rapidamente, ao Maicon, por último.

A SRA. MIRTA MARIA GONZAGA FERNANDES – Boa tarde. A minha fala é bem rápida. Eu vejo que São Paulo inteira está enfrentando problemas tanto com os CAPSs como os Ceccos, principalmente os da direta. Na Vila Mariana, por exemplo, nós temos o CAPS AD e os

Ceccos, da atenção direta, e os Ceccos, e realmente estamos enfrentando muitos problemas no RH há muito tempo, pleiteando e fazendo ofícios, mas sem obter resposta alguma. Principalmente nos Ceccos, a gente está precisando, além do RH, de cursos em educação permanente na interface saúde, arte e cultura, e em educação permanente também na economia solidária, que são cursos mais atualizados.

Nós precisamos que a supervisão da Vila Mariana dê um pulo no Cecco de vez em quando para ver como está a situação lá, o que está se passando, porque está terrível, com falta de RH e de tudo. Pelo que eu tenho acompanhado, o Cecco está precisando também de repasses de verba para garantir compras de materiais para oficinas. Sobre o RH, eu acho que eu nem preciso falar, porque todo mundo sabe, mas o sucateamento das Unidades de Saúde da Administração Direta está demais, tanto que nós estamos pedindo audiência por meio do Vereador Manoel Del Rio para tentar solucionar esse problema. Se eu não me engano, na Vila Mariana tem oito equipamentos das diretas, e todos bem sucateados a ponto de a supervisão ou Secretaria falar que não tem mais jeito e que vai entregar nas mãos de OS.

Hoje, com todas essas falas reivindicadoras e incisivas, eu espero que o Secretário Municipal de Saúde não fique só na conversa e realmente tome providências em relação às condições de trabalho, porque são os trabalhadores que dão condições de atendimento aos usuários. O que a gente mais cobra, como disse a Flávia, é mais produtividade com as psicólogas, que estão partindo mais para grupos para poderem atender um monte de gente e terem produtividade, mas deixando de lado um atendimento individual. Isso é muito sério, porque os pacientes ficam a ver navios.

Era isso.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Mirta.

Tem a palavra o Maicon, do Cecco.

O SR. MAICON – Boa tarde. A saúde mental é muito importante. Eu frequento o Cecco há muitos anos e sei como é. A saúde faz parte, mas o rapa não pode pegar as coisas

dos outros, como remédios. Eles pegam tudo da gente na rua, e esse Prefeito não está fazendo nada e só quer saber de eleição, mas ele não vai conseguir ser reeleito de jeito nenhum. O que a gente quer é o *impeachment* dele e acabou.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Maicon.

Como a Adriana, do CAPS Adulto Vila Prudente, teve um problema na sua inscrição, passo a palavra agora para ela.

A SRA. ADRIANA – Boa tarde. Meu nome é Adriana, eu sou trabalhadora do CAPS Adulto Vila Prudente e eu quero reforçar a fala do colega do sindicato quando ressaltou a situação das colegas servidoras públicas que estão aqui com a missão inglória de defender esta gestão, o que é muito triste. É muito melhor estar aqui para reivindicar os nossos direitos ao invés de falar de números apresentados, que, diante de todas as falas já feitas e de tanta precarização, são mínimos. Acho que a Secretaria tem muito a responder e eu acredito que essas respostas poderão ser enviadas a cada equipamento de saúde.

Ressalto também a fala do colega sobre deixarmos de ser amadores e termos seriedade, porque, sendo a cidade de São Paulo a maior cidade da América Latina, nós temos que entender que quem está aqui não está brincando. Portanto, a gente vai aguardar a resposta da Secretaria.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Adriana.

Pessoal, nós tivemos um bloco de falas muito rico e intenso. A pressão é grande contra mim neste momento, porque às 15h vai iniciar a sessão ordinária desta Casa e eu tenho que encerrar até esse horário.

Eu quero dizer que esta audiência apresentou falas fortes e potentes, denúncias firmes de gente da zona Oeste, da zona Sul, da zona Norte, da zona Leste e do Centro de São Paulo, tendo ficado absolutamente comprovado nesta audiência duas coisas. A primeira é que o Movimento Antimanicomial na cidade de São Paulo está vivo e pulsante. A segunda é que não

é uma questão pontual de um CAPS ou de um Cecco, mas um problema estrutural grave que tem a ver com a terceirização e com a política de metas, que é desastrada e não cria cuidado, e isso tem que ser enfrentado.

Quando a gente fala de mandato de Vereador, quer dizer que a gente é parte de uma luta ampla. Então, as duas propostas que eu vou fazer agora são coletivas e eu quero pactuar entre todos nós, porque a gente não pode encarar a política como algo de um salvador ou de uma salvadora, mas uma movimentação em conjunto.

A primeira proposta, que foi dita pela Cris, é sobre a questão das OSs. A gente vai fazer uma reunião com o Sindsep, que representa os servidores oficiais públicos, e uma comissão de trabalhadores de OS para a gente avançar na questão de como conseguir pensar em formas de o trabalhador das OSs não ter que mandar um áudio a uma audiência pública realizada na casa do povo por ter medo de receber a demissão.

A segunda proposta é trabalhar com o Ministério Público, porque somos obrigados a fazer isso; inclusive as Notas Taquigráficas desta audiência vão servir de materialidade para a gente conseguir dialogar com o Ministério Público. Eu sei que tem gente que acha que isso é exagero, mas eu não acho. Acho que o Ministério Público é importante, e todos os relatos feitos aqui vão fazer parte do material que nós vamos enviar para ele.

Agradeço a todos a presença, inclusive a das servidoras representantes da SMS, a Ana Cecília e a Adriana. Achei importante e fiquei feliz de terem ficado até o final.

Seguimos na luta. O Movimento Antimanicomial está vivo e atuante, e nós não vamos admitir retrocessos na saúde mental da cidade de São Paulo.

Muito obrigada ao Ponto de Economia Solidária, ao pessoal dos CAPSs, dos Ceccos, ao Sindsep, ao Conselho de Saúde e aos demais presentes.

Estamos juntos. (Palmas)

- Manifestação do público.